



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

ALLAN RATTS DE SOUSA

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS
TEORIAS SOBRE O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES

FORTALEZA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R182 Ratts de Sousa, Allan.
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES : UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS TEORIAS
SOBRE O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES / Allan Ratts de Sousa. – 2014.
63 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Curso de Psicologia, Fortaleza, 2014.
Orientação: Profa. Dra. Karla Patrícia Holanda Martins.
1. Psicanálise. 2. Complexo de Édipo. 3. Parentalidade. 4. Novas configurações familiares. I. Título.
CDD 150
-

ALLAN RATTS DE SOUSA

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS
TEORIAS SOBRE O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Karla Patrícia Holanda Martins.

FORTALEZA
2014

ALLAN RATTTS DE SOUSA

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS
TEORIAS SOBRE O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Karla Patrícia Holanda Martins.

Aprovada em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Karla Patrícia Holanda Martins (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Caciana Linhares Pereira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Irvina Leite de Sampaio

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais Luiza e João Carlos, minha avó Heloiza, e minha tia Ana Carolina, meu centro familiar e referencial de família, por todo o investimento financeiro e afetivo de uma vida inteira e por nunca deixarem de acreditar em mim.

Aos meus irmãos Luhan Ratts, João Victor Ratts e Yuri Emanuel pelas memórias de uma vida e pelo amor mais sincero.

À Larissa Alverne por todo o amor e paciência, por nunca ter desistido e por sempre ter tentado de novo. E por todas as experiências trocadas, por cada detalhe, cada palavra, cada leitura e cada risada. Você é o riso certo que me inspira a seguir em frente. Com você, sei que troquei mais do que experiências literárias, compartilhei o amor pelas coisas simples da vida. Todo o meu amor.

Ao Bruno Sampaio pelo amor diário, pela insistência, por ter me amado como eu sou e por ter estado ao meu lado, ajudando-me a descobrir o melhor e o pior de mim mesmo. Não tem como não associar a você a luta que foi escrever esse trabalho. Você me ajudou mais do que pensa. Minha sincera gratidão por sua presença diária em minha vida.

À Raquel Ribeiro pela amizade certa e por ter tido paciência quando eu achava que ninguém mais tinha. Você se tornou família quando eu menos esperava e, hoje, eu só sei do amor certo que tenho por você.

Ao Henrique Asfor por cada risada, pelos momentos compartilhados de tristezas e de alegrias e por ser um amigo a quem sei que posso recorrer sempre. Você sempre me faz bem e me inspira um agradável sorriso.

À Rochelle Coelho pelo carinho e, acima de tudo, pelo abraço reconfortante de cada manhã. Sentirei falta do carinho diário, de poder lamentar a vida e de compartilhar com você dos bons prazeres que ela proporciona.

À minha turma, que, apesar dos altos e baixos, deixou boas lembranças.

À professora Karla Patrícia por todo o aprendizado, por toda a paciência e por ter sido mais do que uma orientadora. Ao professor Célio Freire e à professora Idilva Germano por terem sido mais do que tutores. Aos professores da graduação e aos da época de colégio que, de alguma forma, importaram-se, especialmente à Carla Emília.

Aos petianos por terem me dado uma formação à parte e pelos quatro anos de muito aprendizado e de trocas ricas, com pessoas inteligentes e amigas.

Ao Jean dos Anjos pelo apadrinhamento, pela amizade, pelos ensinamentos e por tentar sempre fazer de mim uma pessoa melhor. À Letícia Paula e à Dárica Sombra pela presença, mesmo de longe. À Samaisa dos Anjos pelos anos de amor, de atenção, de cuidado e de uma amizade cultivada à base de detalhes os mais simples e cativantes. Ao Victor Ramalho e ao Ednaldo Gonzaga pela companhia de estudo durante o início da graduação, por sempre acreditarem em mim e por terem se mantido sempre ao meu lado. Ao Jefferson Alves e ao Ricardo Montesuma por terem me amado e me cuidado quando eu mais precisei. Ao Diogo Fontenele e à Juliana Viveiros por terem sido as melhores surpresas quando eu, de fato, não esperava. Aos amigos Lucas Galeno, Lucas Falcão, Evaldo Lima, e Gabriel Araújo por terem sido constantes desde que entraram em minha vida. Ao Daniel Cid e ao Paulo Hudson por terem, cada um a sua maneira, colaborado com esse trabalho. À Raquel Nepomuceno e à Fabrícia Ferreira por terem sido mais do que colegas de curso.

Aos meus da UECE: Aline Conde, Jéssica Welma, Paulo César Sena, Josué Rocha, Luana Pavan e Luis Paulo Pontes por terem deixado de ser meus amigos apenas da UECE. E aos da época de colégio, especialmente Karina Catunda, Pedro Saunders, Isadora Marques, Ana Paula Pereira, Thiciana Ponte e Emilly Carboni.

E a todos que estiveram presentes em minha vida em algum momento da minha graduação e que me ajudaram a lidar com todas as dificuldades e/ou compartilharam comigo o sonho de um dia me formar e ser o que eu sempre quis e que, por algum motivo, não estão hoje ao meu lado. Minha sincera gratidão.

“[...] quem quer que negligencie a análise infantil está fadado a cair nos mais desastrosos erros” (FREUD, 1919/2010, p. 199).

“Continuei, dizendo que bem antes de ele nascer eu já sabia que ia chegar um pequeno Hans que iria gostar tanto de sua mãe que, por causa disso, não deixaria de sentir medo do pai [...]” (FREUD, 1909/2006h, p. 45).

RESUMO

As configurações familiares contemporâneas têm sido objeto de pesquisa e discussão nos mais diferentes campos das ciências humanas. Sua abordagem requisita um novo olhar sobre os determinantes sociais e psíquicos relativos à formação dos laços familiares até então marcados pela hegemonia de um modelo de família burguesa tradicional: homem-mulher-filhos. No que se refere à psicanálise, em meados do século XX, Freud, partindo de sua hipótese sobre o inconsciente, pensou os efeitos subjetivos de uma tal configuração familiar e propôs o Édipo como um complexo estruturante das relações do homem com o desejo e com a cultura. Lacan, contemporâneo de uma profunda mudança nas conformações familiares, desdobrou a questão do Édipo, acrescentando a perspectiva do Nome-do-Pai e situando as funções materna e paterna para além das questões de gênero. Nesse trabalho, será apresentada a teoria de Freud acerca do Édipo e a leitura feita por Lacan desse complexo, de modo que a questão do Édipo e de seu papel na constituição do sujeito seja problematizada a partir das diferentes formações familiares. Por fim, um caso de adoção por casal homoafetivo, retirado de uma tese de doutorado, será utilizado para ilustrar alguns elementos discutidos pela teoria psicanalítica.

Palavras-chave: Psicanálise. Complexo de Édipo. Parentalidade. Novas configurações familiares.

ABSTRACT

Contemporary family configurations have been subject of research and discussion in many different areas of the science humanities. Their approach requests a new aspect about the social and psychological determinants on family ties formation, marked by the hegemonic and traditional bourgeois family model: man-woman-children. From the point of view of psychoanalysis, in the twentieth century, Freud, using his hypothesis about the unconscious, thought about the subjective effects of a familiar setting and proposed the Oedipus such as structuring of the human relationships complex, with the desire and culture. Lacan, a contemporary of a drastic change in family conformations, spread the Oedipus's question, adding the perspective of the Name of the Father and positioning maternal and paternal functions beyond gender. In this work, the Freud's theory of Oedipus will be presented and the reading taken by Lacan about this complex, that the question of Oedipus and its role in the constitution of the subject be discussed from the different family settings. Finally, a case of adoption by a homoaffective couple, extracted by doctorate thesis, will be used to illustrate some elements discussed by the psychoanalytic theory.

Keywords: Psychoanalysis. Oedipus Complex. Parenting. New family configurations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O COMPLEXO DE ÉDIPO EM FREUD.....	13
2.1	Édipo e ambivalência	15
2.2	<i>Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade</i> como base teórica para o aprofundamento do estudo da sexualidade infantil	18
2.3	Pulsão de saber e <i>O pequeno Hans</i> como um caso ilustrativo	19
2.4	O horror ao incesto e o nascimento da moralidade.....	22
2.5	A dissolução do complexo de Édipo.....	24
3	AS PROPOSIÇÕES LACANIANAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES	28
3.1	Proposições sobre a constituição do sujeito	28
3.2	O falo e a castração	29
3.3	O Nome-do-Pai e os três tempos do Édipo.....	35
4	ARRANJOS FAMILIARES E PSICANÁLISE	38
4.1	A família como espaço para a constituição subjetiva.....	39
4.2	A construção social da família moderna	41
4.3	O exercício da função paterna na contemporaneidade	44
5	ILUSTRAÇÃO DE UMA CONFORMAÇÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA: A ADOÇÃO POR UM CASAL HOMOPARENTAL.....	50
6	CONCLUSÃO	58

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre as configurações familiares contemporâneas ganham cada vez mais destaque no cenário mundial. A questão maior que motiva a construção deste trabalho, no que se refere a essa temática, gira em torno do desejo de pensar a dimensão da filiação e da parentalidade nas famílias formadas por casais homossexuais. Esse interesse partiu dos estudos empreendidos pelo autor em grupos de estudos sobre o complexo de Édipo e sobre as novas configurações familiares, que despertaram o desejo de aprofundamento nos temas a partir do olhar da psicanálise.

Ao longo deste trabalho, empreenderemos uma discussão dos conceitos psicanalíticos capazes de problematizar a parentalidade e suas funções para além de uma associação com os papéis de gênero. Esperamos contribuir com uma tentativa de desmistificação de algumas crenças e preconceitos relativos à atribuição antecipada de um prejuízo no desenvolvimento psíquico de crianças advindas desses contextos. Partiremos, inicialmente, das teorias de Freud e de Lacan, mas traremos ainda autores contemporâneos, que refletem sobre a constituição subjetiva e suas relações com a parentalidade, nos seus aspectos imaginários, simbólicos e reais.

Freud, à sua época, criou a teoria do complexo de Édipo para tentar dar conta da questão e formulou que, na primeira infância, o filho se apaixona pela mãe e rivaliza com o pai pelo amor desta (FREUD, 1897/1986; 1900/2006a,b). Esse amor adviria da erotização de seu corpo a partir dos cuidados iniciais com higiene e saúde proporcionados pelo cuidador, geralmente a mãe ou substituto da mesma. Os cuidados conferidos ao bebê lhes dariam contornos pulsionais e os inseririam na lógica da sexualidade.

Partiremos, então, da leitura de textos freudianos acerca da sexualidade infantil (impensável à sua época), que gerou acirradas críticas à sua teoria. As formulações freudianas sobre o papel das fantasias serão retomadas junto à teorização sobre as relações entre a pulsão de saber e a castração, partindo-se do trabalho sobre o pequeno Hans e as teorias sexuais infantis; neste contexto, uma teoria sobre o Édipo será explicitada, considerando-se a formulação freudiana sobre o horror ao incesto e o medo da castração e, ao final, a conceitualização do pai e sua dimensão simbólica.

No capítulo seguinte, o destaque maior será dado à teoria lacaniana e suas formulações acerca do conceito de Nome-do-Pai (LACAN, 1957-1958/1999), que será fundamental para a discussão empreendida neste trabalho, uma vez que Lacan lança as bases para a compreensão da família enquanto estrutural, falando em funções para o exercício da

paternidade e da maternidade, o que desobriga um vínculo estreito entre gênero e parentalidade.

Para melhor entendimento dessa formulação, apresentaremos o Estádio do Espelho (1949/1998) de Lacan, estabelecendo, brevemente, a diferença entre outro (pequeno outro) e Outro (grande outro) visando a compreensão das determinações simbólicas que antecipam um sujeito na criança. O falo surge nesse contexto como um conceito importante, posto que está associado, na teoria, ao de castração, conferindo à função paterna uma importante função de interdição; aqui é a função paterna que está no centro da questão do Édipo e onde se vê presentificada (COSTA, 2010; LACAN, 1957-1958/1999).

No último capítulo, faremos uma articulação teórica do desenvolvimento da família, mostrando o lugar que o pai (na sua dimensão imaginária) assume em diferentes momentos históricos, até chegarmos aos tipos de conformações familiares que se apresentam hoje e o lugar atribuído a essa função paterna.

Lacan (1984/1990) apresenta a família como lugar estruturante da constituição do sujeito e de transmissão da cultura. Trazemos, juntamente com Hoyer (2010), a ideia de família como lugar de renúncia pulsional e espaço de inscrição simbólica do sujeito na cultura (ideia já proposta por Freud em *Totem e tabu* (1912-1913/2012)). Hoyer (2010) relaciona o Nome-do-Pai, conceito lacaniano, à assunção de um lugar para o sujeito na estrutura familiar.

Em seguida, debateremos o surgimento de novos arranjos familiares na contemporaneidade, que permitem o acesso à parentalidade e à filiação de formas diferentes da apresentada pela família tradicional heterossexual monogâmica.

Chegaremos, enfim, à discussão sobre as relações entre parentalidade e constituição do sujeito, questionando o que poderia ser contingente ao gênero dos pais. Para isso, articularemos o conceito de Nome-do-Pai aos novos arranjos familiares, a exemplo das famílias homoparentais.

Para finalizar, ilustraremos este trabalho com a apresentação de um estudo de caso realizado em 2012 por Maurício Ribeiro de Almeida, em sua tese de Doutorado (ALMEIDA, 2012), que discute o processo de adoção e de adaptação de uma família composta por um casal homossexual e dois irmãos de sangue adotados em uma instituição de acolhimento. Esperamos, com o recorte feito nos fragmentos das entrevistas realizadas pelo autor, ilustrar o que pode estar em jogo nos processos de subjetivação de uma criança em condições similares, a partir do discurso dos pais. Almejamos, ainda, que esse trabalho seja mais um instrumento que fomente a discussão do tema das novas configurações familiares, contribuindo para a sua desmistificação e melhor compreensão de sua lógica estruturante.

2 O COMPLEXO DE ÉDIPO EM FREUD

Neste capítulo, será feito um levantamento bibliográfico das ideias de Freud acerca da sexualidade infantil e sobre o complexo de Édipo, visando entender como o pai da psicanálise estrutura uma de suas mais importantes formulações teóricas. Freud não faz uma articulação sistemática da teoria sobre o complexo de Édipo, o único texto dedicado explicitamente ao tema foi escrito em 1924, *A dissolução do complexo de Édipo*. A ideia do autor foi sendo construída ao longo de sua vasta obra e em vários textos ele discute a questão da sexualidade e suas incidências sobre a constituição subjetiva. Nosso intento é justamente trazer suas principais proposições de forma articulada, para que seja mais fácil acompanhar essa construção e entender o que disse Freud, facilitando a leitura de seus sucessores, especialmente Lacan, que teoriza o complexo de Édipo mais detidamente e traz significativas contribuições para a sua compreensão.

A questão da sexualidade infantil se faz relevante, uma vez que é a partir dela que o sujeito vai se constituir psiquicamente, partindo de seus conflitos iniciais, especialmente em relação aos seus primeiros objetos de amor. A sexualidade é entendida, na teoria psicanalítica, como algo que vai para além do que se restringe ao sexo propriamente dito, portanto, devendo ser articulada à questão pulsional e aos cuidados primordiais do bebê. A relação entre saber e sexualidade será proposta por Freud na sua hipótese sobre pulsão de saber relacionada às primeiras descobertas da sexualidade infantil.

Nesse percurso, Freud, brilhantemente, ilustra sua teoria com casos clínicos advindos de sua prática analítica, o que exemplificaremos com o caso do Pequeno Hans, para melhor entendimento da teoria freudiana. Ao longo dos anos, Freud muda suas concepções, e ideias defendidas no início de sua obra serão reelaboradas e repensadas futuramente, ganhando, então, um novo sentido e isso será destacado em nosso trabalho, para que o leitor entenda de que forma Freud construiu o conceito em questão.

Dado esse contexto, a perspectiva de uma compreensão nova sobre a realidade factual abre as condições para a formulação do papel das fantasias na estruturação da neurose infantil. Todavia, no que se refere à sua construção sobre o caráter estruturante do Édipo, Freud se mantém fiel à sua perspectiva inicial, apenas complexificando o que fora apresentado já nas cartas a Fliess.

Inicialmente, Freud acreditava que a histeria estava relacionada a um trauma real, de caráter sexual, vivido na infância por suas pacientes. Era comum, no discurso da histérica, narrativas sobre supostas experiências de sedução por um adulto, ou mesmo por outra criança

mais velha. Freud reflete, então, sobre a veracidade desses relatos e passa a se questionar se, de fato, todas essas pacientes seriam filhas de pais que abusavam de seus filhos.

Costa (2010) explica que Freud se põe em crise com a própria teoria e parte para uma nova suposição para a origem da histeria, a de que não necessariamente todas as históricas precisam ter vivido experiências traumáticas sexuais com seus genitores ou com outros adultos na infância, mas que elas podem elaborar fantasias de sedução que passam a operar efeitos semelhantes. Conjuntamente com Breuer, Freud (1893-1895/2016) desenvolve a ideia de que não é tanto o fato em si que desencadeia uma neurose traumática, mas o afeto a ele relacionado, o trauma psíquico.

Segundo Costa (2010, p. 23), “A partir daí, não mais são relevantes apenas os fatos reais da infância, mas, sobretudo, a realidade psíquica, a constituída pelos desejos inconscientes e pelas fantasias a ela vinculadas, tendo como fundo a sexualidade infantil.”

Ao longo de sua obra, Freud retomará essa ideia, como no caso *O homem dos ratos* (1909/2013a), em que defende a relevância das fantasias infantis como repetidoras do conteúdo de amor e ódio pelos pais e ciúmes pela chegada de um irmão. Especifica que a realidade dos fatos tem importância quando o pai é visto como um rival sexual e perturbador da atividade sexual autoerótica da criança. E também em *Totem e Tabu* (1912-1913/2012), onde vai falar de uma realidade imaginada com o afeto associado, sendo a concordância disso com o mundo exterior considerada secundária: O histérico repete em seus ataques, e fixa com seus sintomas, vivências que apenas na sua fantasia ocorreram daquela forma, ainda que, em última análise, remontem a acontecimentos reais ou sejam construídos com base neles. (FREUD, 1912-1913/2012, p. 138).

É neste contexto que o mito edípico será chamado por Freud a ocupar um lugar de fantasia primordial. Sobre isso, James Strachey (1969/2006a) reflete que, somente quando da mudança de Freud de uma ênfase não mais nos traumas infantis, mas em suas fantasias, é que o pai da psicanálise alcançou uma concepção “dinâmica” dos processos mentais.

Estabelecemos que o entendimento dessa formulação fantasística de sedução pelos pais advém de uma ambivalência de sentimentos em relação a eles, por parte da criança, fundamental para a escolha dos pais como primeiros objetos sexuais e sua posterior mudança para um objeto externo a essa constelação familiar.

2.1 Édipo e ambivalência

Retornando ao momento da primeira formulação freudiana, resgatamos as palavras de Freud ao seu amigo Wilhelm Fliess, em carta de 15 de outubro de 1897, quando anuncia a sua primeira hipótese sobre as fantasias edípicas: “Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas.” (FREUD, 1897/1986a, p. 273), revelando que sua inquietação sobre uma conceitualização acerca do Édipo já se faz presente desde o início de suas proposições teóricas. Também em carta a Fliess, datada de 31 de maio de 1897, Freud (1897/1986) já havia falado sobre a existência de impulsos hostis contra os pais como elemento integrante das neuroses, já identificando como o desejo da morte do pai sendo referente ao menino e o desejo de morte da mãe sendo da menina.

Em *A interpretação dos sonhos*, de 1900, falando acerca dos sonhos típicos de parentes mortos, especialmente no que diz respeito aos pais, Freud já teoriza sobre as fantasias edípicas, explicando que os meninos costumam sonhar com a morte do pai e as meninas com a morte da mãe “[...] como se uma preferência sexual se fizesse sentir numa tenra idade: como se os meninos olhassem o pai, e as meninas a mãe como seus rivais no amor, rivais cuja eliminação não poderia deixar de trazer-lhes vantagens.” (FREUD, 1900/2006a, p. 283).

O autor ressalta o papel exercido pela fantasia relativa aos pais na vida mental de crianças que se tornam psiconeuróticas: “Apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro figuram entre os componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época e que é tão importante na determinação dos sintomas da neurose posterior.” (FREUD, 1900/2006a, p. 287).

Quanto aos conflitos advindos da relação mãe-filha, estes resultam do anseio por liberdade sexual por parte da menina. Ainda no mesmo texto, Freud (1900/2006a, p. 284) afirma:

[...] os desejos sexuais de uma criança – se é que, em seu estágio embrionário, eles mereçam ser chamados assim – despertam muito cedo, e que o primeiro amor da menina é por seu pai, enquanto os primeiros desejos infantis do menino são da mãe. Por conseguinte, o pai se transforma num rival perturbador para o menino, e a mãe, para a menina. [...] A criança está perfeitamente ciente dessa parcialidade e se volta contra aquele de seus pais que se opõe a demonstrá-la.

Ainda em *A interpretação dos sonhos*, o autor esclarece que, diante do espetáculo de encenação da tragédia de Sófocles, *Édipo Rei*, a plateia se comove, como uma identificação com sua própria tragédia:

Seu destino comove-nos apenas porque poderia ter sido o nosso – porque o oráculo lançou sobre nós, antes de nascermos, a mesma maldição que caiu sobre ele. É destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro desejo assassino, para nosso pai. Nossos sonhos nos convencem de que é isso o que se verifica. O Rei Édipo, que assassinou Laio, seu pai, e se casou com Jocasta, sua mãe, simplesmente nos mostra a realização de nossos próprios desejos infantis. Contudo, mais afortunados que ele, entretimentos conseguimos, na medida em que não nos tenhamos tornado psiconeuróticos, desprender nossos impulsos sexuais de nossas mães e esquecer nosso ciúme de nossos pais. (FREUD, 1900/2006a, p. 289).

Freud (1921/2011a; 1933/2011b) explica que esse processo de identificação é a mais antiga expressão de uma ligação afetiva com uma outra pessoa; no contexto do complexo de Édipo, a identificação “[...] se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por ‘modelo’.” (FREUD, 1921/2011a, p. 62, grifo do autor). Esclarece que, concomitante a essa identificação da criança com o pai, há um investimento objetual na mãe, sendo do encontro desses dois eventos que se origina o complexo de Édipo dito, por Freud, como normal. Com o desenrolar do Édipo, a identificação com o pai assume um caráter de hostilidade, e o menino tenta assumir seu lugar de companheiro da mãe, evidenciando aí também o caráter hostil dessa identificação, que pode se assumir como ternura ou como desejo de eliminação desse pai. O autor diferencia, então, a identificação da escolha de objeto, esclarecendo que a primeira diz respeito a querer *ser* o objeto, e a segunda a *ter* o objeto.

Esse processo de identificação, segundo Freud (1914/2004), se dá também em termos de extensão do narcisismo dos pais, pois os pais podem ver o filho “[...] como se fosse uma parte do seu próprio corpo, na forma de outro objeto [...]” (FREUD, 1914/2004, p. 109). Esclarece ainda que, em pais afetuosos com os filhos, é possível perceber a revivescência de seu próprio narcisismo. E isso impele os pais a quererem protegê-los de todas as dificuldades que a cultura impõe, para que eles não precisem viver seus mesmos infortúnios. Os pais, diz Freud (1914/2004, p. 110):

Também se inclinam a reivindicar para a criança o direito a privilégios aos quais eles, os pais, há muito tiveram de renunciar. A criança deve ter melhor sorte que seus pais, não deve ser submetida aos mesmos imperativos que eles tiveram de acatar ao longo da vida [...] A criança deve satisfazer os sonhos e os desejos nunca

realizados dos pais, tornar-se um grande homem e herói no lugar do pai, ou desposar um príncipe, a título de indenização tardia da mãe”.

Freud (1914/2004) conclui disso que, através do amor à criança, os pais encontram um abrigo seguro para o Eu que fora anteriormente tão reprimido e revela então o narcisismo mascarado desses pais. A partir da avaliação que o Eu faz de si mesmo, ocorre o recalque das moções pulsionais libidinais, que esbarram com os ditames culturais e éticos; o sujeito erige em si um ideal e o toma como medida do seu próprio Eu. O amor que na infância se dirigia para o Eu volta-se, agora, para esse Ideal-de-Eu, que é tido, então, como o ideal de perfeição e completude. Freud frisa que a formação desse Ideal-de-Eu é fruto da influência dos pais e é “[...] transmitido pela voz e tutelado pela consciência moral. Mais tarde, somaram-se a esse ideal as influências dos educadores, dos professores, bem como de uma miríade incontável e indefinível de todas as outras pessoas do meio [...]” (FREUD, 1914/2004, p. 114). Em outro momento (FREUD, 1921/2011a), o autor complementa que essa instância pode se separar do Eu e entrar em conflito com ele. Além disso, é ela quem absorve do meio as exigências impostas ao Eu, de tal forma que, não satisfeito com o próprio Eu, o sujeito pode, então, recorrer ao Ideal-de-Eu em busca de satisfação. Recorrendo às suas palavras mais uma vez:

[...] o Ideal-de-Eu é capaz de corresponder a todas as expectativas que se tem em relação ao que há de mais elevado no homem. [...] o papel de pai foi rendido por professores e autoridades, de modo que as regras e proibições proferidas por estes irão manter seu poder no Ideal-de-Eu e exercer a censura moral de uma consciência moral. (FREUD, 1923/2007, p. 46-47).

Freud (1900/2006a, p. 290) já havia explicado que, assim como Édipo, somos ignorantes em relação a nossos desejos incestuosos e que “[...] após sua revelação, é bem possível que todos busquemos fechar os olhos às cenas de nossa infância.”.

Assim, Freud evidencia a questão da sexualidade infantil ao relatar a angústia da criança diante da relação sexual dos adultos, resultante de uma excitação sexual com a qual a criança não consegue lidar, especialmente por estar associada à figura dos pais. Esse estranhamento advém do recalque das excitações sexuais dirigidas ao membro do sexo oposto do casal parental que, antes do recalque, podiam se expressar livremente.

Em *Fragmento da análise de um caso de histeria* (1905/2006c), Freud fala da precocidade de uma inclinação da menina pelo pai e do filho pela mãe, que seria mais intensa em crianças constitucionalmente destinadas à neurose. Mais uma vez evidenciando, assim

como o faz em outros textos, como o já referido *Homem dos ratos* (1909/2013a), a importância da vida sexual infantil para a constituição de futuras psiconeuroses.

Posteriormente, virá afirmar: “[...] o menino tem mais tendências a sentir impulsos hostis contra o pai do que contra a mãe, tendo um desejo bem mais intenso de libertar-se dele do que dela.” (FREUD, 1909/2006d, p. 219).

No caso do pequeno Hans, que será detalhado mais à frente, o autor também ilustra essa ambivalência de sentimentos. Esse caso clínico evidencia o conflito de sentimentos da criança em relação ao genitor do mesmo sexo, que rivaliza com ele pelo genitor de sexo oposto, mas que também é detentor de seu amor. Mais adiante, poderemos retomar os termos freudianos e pensar se a ausência da rivalidade ou a presença do amor se reconfiguram nos novos arranjos.

2.2 *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* como base teórica para o aprofundamento do estudo da sexualidade infantil

Já quando do estudo aprofundado sobre os sonhos, Freud construía os alicerces para a discussão sobre a sexualidade infantil, o que aprofunda, posteriormente, em 1905, no texto *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, num tópico intitulado *A sexualidade infantil* e em posteriores reedições do texto. Nele, Freud (1905/2006e) relança as bases que sustentarão a teoria da sexualidade infantil, importante para o entendimento do Édipo. Partindo das angústias e inquietações advindas dessas primeiras reflexões acerca da importância da infância para o adulto neurótico, Freud sistematiza um estudo mais pormenorizado da sexualidade humana. Após ter avançado num trabalho clínico, começa ainda a aprofundar questões relativas à psicopatologia.

Nesse texto, Freud (1905/2006e) justifica o estudo mais aprofundado da sexualidade infantil com o fato dos neuróticos preservarem o estado infantil de sua sexualidade ou serem retransportados para ele. Explica que é comum acreditar que a pulsão sexual esteja ausente na infância, mas que isso é um equívoco passível de drásticas consequências. O autor defende que, já no recém-nascido, haveria germes de moções sexuais que dariam seguimento ao seu desenvolvimento, mas que seriam progressivamente suprimidos. Apesar de seu surgimento se dar tão cedo, é por volta dos três ou quatro anos que podemos observar diretamente a vida sexual se manifestar na criança. É durante o período de latência que as forças inibidoras tais como a vergonha, o asco e as exigências estéticas e morais surgirão no caminho da pulsão sexual. Freud (1905/2006e, p. 167) complementa que

“[...] esse desenvolvimento é organicamente condicionado e fixado pela hereditariedade, podendo produzir-se, no momento oportuno, sem nenhuma ajuda da educação.”.

Freud destaca ainda a passagem de uma pulsão sexual autoerótica na infância para uma com um objeto externo, momento esse em que se dariam os contornos finais que levariam à configuração normal definitiva da vida sexual do adulto. Nesse momento, haveria também a predominância da zona genital sobre as outras zonas erógenas.

É dada importância à relação da criança com os pais para a escolha objetal, destacando que o filho, especialmente, busca, em seu primeiro objeto de amor, a imagem mnêmica da mãe, tal como ela foi registrada por ele na infância. Fala-se também das consequências para a vida sexual na maturidade de perturbações nesse relacionamento.

Dadas as bases teóricas para a compreensão da sexualidade infantil, podemos então discorrer sobre outros pontos importantes da teoria freudiana para o entendimento da construção de uma teorização acerca do complexo de Édipo. Posteriormente, tais considerações serão relacionadas ao estudo sobre as novas configurações familiares, entendendo de que forma o complexo se estrutura em outros tipos de arranjos familiares que estão para além daqueles previstos por Freud em seu século.

Totem e Tabu (1912-1913/2012) vai ser um texto extremamente importante nessa discussão ao introduzir a questão do horror ao incesto. Contudo, entendemos que, ainda antes de chegarmos a essa discussão, faz-se necessário discorrermos sobre outros pontos, mesmo que alguns deles se apresentem em momento anterior à publicação dessa obra de Freud.

2.3 Pulsão de saber e *O pequeno Hans* como um caso ilustrativo

No famoso caso sobre o *Homem dos Ratos*, Freud (1909/2013a) fala da justificada crença dos doentes de culpabilização da sexualidade infantil para a constituição de sua psicose, discordando deles apenas quando atribuem à masturbação da adolescência suas perturbações neuróticas, defendendo que essa masturbação adolescente nada mais é do que a revivência da masturbação infantil.

Segundo Strachey (1969/2006b), é no texto *Sobre as teorias sexuais das crianças*, de 1908, que surge em Freud pela primeira vez uma referência direta e um exame explícito ao termo “Complexo de Castração”, afora uma referência ao medo da castração que já fora pronunciado em *A interpretação dos sonhos*. O termo se refere a uma ameaça de castração proferida por um adulto quando a criança é surpreendida no ato de manuseio de seu pênis, sendo o efeito dessa ameaça profundo e persistente. O caso do pequeno Hans é bastante

ilustrativo dos efeitos da ameaça de castração na vida de uma criança, o que poderá ser verificado mais à frente.

Ainda nos *Três Ensaios*, Freud (1905/2006e) explica que a vida sexual traz consigo uma pulsão de saber, que não está completamente associada à sexualidade, mas que se acredita que seja atraída, e até mesmo despertada, pelas questões relativas à sexualidade. São interesses práticos que despertam a atividade investigativa das crianças. Freud fala ainda que uma das formulações infantis sobre a sexualidade é a de que, originalmente, as meninas também detinham um pênis, que foi perdido pela castração. Daí resulta uma inveja pelo pênis na menina, que culmina no desejo de também ser um menino para poder possuí-lo.

Numa carta aberta ao Dr. M. Fürs, Freud (1907/2006f) concorda com o esclarecimento sexual das crianças. O autor defende que a capacidade de amar já está presente na infância e isso é demonstrado pela exibição de afetos tais como o ciúme, o carinho, a ternura, associados a sensações físicas de excitação sexual, o que remete a criança a uma conexão entre ambas, de tal forma que se mostra, desde cedo, uma capacidade psíquica de compreensão, que, na puberdade, encontra também uma preparação física da prática sexual.

No ano seguinte, Freud (1908/2006g) vai, mais uma vez, debruçar-se sobre a questão vital para as crianças: de onde vêm os bebês? Explica que, quando questionados, os pais respondem que as cegonhas os trazem, o que não convence as crianças, que experimentam então o seu primeiro conflito psíquico, pois suas formulações não são consideradas corretas pelos adultos, que defendem outras que não lhes parecem críveis. Essa curiosidade sobre a origem dos bebês é comum a todo tipo de arranjo familiar, o que ilustraremos no capítulo final desse trabalho.

Em *Totem e tabu* (1912-1913/2012), reforça o esclarecimento sexual infantil, defendendo a ideia de que, desde o início, é possível observar manifestações das pulsões sexuais, que, inicialmente, estão autoeroticamente investidas, sendo seguidas pela escolha do objeto. O autor se mantém firme na ideia de que as crianças não deveriam ser privadas de um conhecimento sexual.

Em “*Batem numa criança*” (1919/2010), ele retoma a questão da concepção do bebê, afirmando que as crianças especulam que os genitais têm alguma participação na forma de pôr em prática o desejo da menina de ter um filho do pai e do menino de ter um filho com a mãe sem, contudo, terem maior clareza sobre isso, por tratar-se de um desejo inconsciente.

Agora nos deteremos no caso do pequeno Hans, para ilustrar essa curiosidade infantil que parte da pulsão de saber, como sendo importante para a constituição psíquica do

sujeito¹, o que dialoga com nossa temática, uma vez que essa curiosidade não escapa a filhos de outras configurações familiares para além da família tradicional. Além disso, o modo como o saber se organiza em torno da sexualidade é o que estrutura a relação do sujeito com o prazer e com a realidade. Escolhemos o caso do pequeno Hans por esse ser bastante ilustrativo dessa curiosidade infantil atrelada à pulsão de saber. Todos os pontos destacados, tais como a investigação acerca da origem dos bebês e da diferença sexual e as questões edípicas envolvidas no desenvolvimento de uma criança, são bem retratadas nesse caso.

Na *Análise da fobia em um menino de cinco anos*, de 1909, o famoso caso do pequeno Hans, Freud (1909/2006h) inicia retomando uma ideia que atravessa sua investigação sobre a sexualidade infantil, qual seja: a de que a análise dos componentes infantis revela as forças motivadoras dos sintomas neuróticos do adulto. Além disso,

Seguramente deve existir a possibilidade de se observar em crianças, em primeira mão e em todo o frescor da vida, os impulsos e desejos sexuais que tão laboriosamente desenterramos nos adultos dentre seus próprios escombros – especialmente se também é crença nossa que eles constituem a propriedade comum de todos os homens, uma parte da constituição humana, e apenas exagerada ou distorcida no caso dos neuróticos. (FREUD, 1909/2006h, p. 16).

Retoma também a ideia de que a ânsia por conhecimento é inseparável da curiosidade sexual. Esse caso é importante porque, como o próprio Freud destaca, as observações do pequeno Hans são típicas do desenvolvimento sexual das crianças em geral. Seu interesse, que não era meramente teórico, o impelia a tocar o próprio pênis, o que leva sua mãe a ameaçá-lo com a castração, contribuindo para a introdução do complexo de castração, que deixa tantos rastros na vida dos futuros neuróticos.

Freud esclarece a Hans que seu conflito nada mais é do que uma fase normal do desenvolvimento infantil chamado complexo de Édipo, sem nem mesmo precisar nomeá-lo: “Continuei, dizendo que bem antes de ele nascer eu já sabia que ia chegar um pequeno Hans que iria gostar tanto de sua mãe que, por causa disso, não deixaria de sentir medo do pai [...]” (FREUD, 1909/2006h, p. 45). Como desfecho do caso, Hans dá uma solução para seu complexo da seguinte maneira: ele fantasia que tem filhos com a mãe e que o pai e a avó paterna serão os avôs de seus filhos com a mãe. “O pequeno Édipo encontrou uma solução mais feliz do que a prescrita pelo destino. Em vez de colocar seu pai fora do caminho,

¹Ao falar de sujeito, aqui, estamos nos referindo ao sujeito do inconsciente, formulado posteriormente por Lacan, que, em nosso entendimento, equivaleria em Freud ao funcionamento do processo primário no psiquismo, distanciando-se, portanto, do conceito de Eu.

concedeu-lhe a mesma felicidade que ele mesmo desejava: fez dele avô e casou-o com a sua própria mãe.” (FREUD, 1909/2006h, p. 91). Esse bem seria o final que toda criança desejaria: ter a mãe como objeto de amor. Freud ainda diz mais: “Hans era realmente um pequeno Édipo que queria ter seu pai ‘fora do caminho’, queria livrar-se dele, para que pudesse ficar sozinho com sua linda mãe e dormir com ela.” (FREUD, 1909/2006h, p. 103, grifo do autor).

Para Freud (1905/2006e), a escolha do objeto sexual se dá em dois tempos, o primeiro de natureza infantil de seus alvos sexuais, entre os dois e os cinco anos, interrompido por um período de latência relacionado à estrutura do Édipo; e o segundo que vem com a puberdade e vai determinar a vida sexual definitiva do sujeito. Os objetos infantis precisam ser abandonados na puberdade e recomeçar como uma corrente sensual.

Em 1912, no texto *Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa*, Freud (1912/2013b) propõe que, na puberdade, uma corrente dita “sensual” investe em objetos da escolha infantil primária, que seria aquela que se apoia na avaliação das então denominadas pulsões do Eu (a exemplo das primeiras satisfações sexuais, que se relacionam às funções corporais necessárias à conservação da vida). Contudo, embora o montante de libido seja maior, a barreira do incesto se oporá a esse investimento nos objetos escolhidos na infância e haverá, então, uma tentativa de trânsito desses objetos para outros, desconhecidos, mas possíveis de uma vida sexual normal. Vale ressaltar, entretanto, que esses objetos serão escolhidos segundo o modelo (*imago*) infantil e, com o tempo, acabarão atraindo a ternura que se vinculava aos primeiros.

Em *À guisa de introdução ao narcisismo*, de 1914, ele vai justificar a escolha de objeto como tendo influência nos cuidados recebidos pela criança, tanto em relação à alimentação quanto à proteção, daí a mãe ou seu substituto usualmente se constituírem como primeiro objeto de amor da criança de ambos os sexos. É o que ele chama de escolha por “*veiculação sustentada*” (FREUD, 1914/2004, p. 107, grifo do autor). Contrapondo-se a esse tipo de escolha objetal, mais característica dos meninos, temos a escolha de objeto narcísica (FREUD, 1914/2004), mais comum às meninas, que se refere a uma escolha feita em função não da imagem da mãe/cuidador, mas da de si própria.

2.4 O horror ao incesto e o nascimento da moralidade

A partir do contato com as primeiras formulações de Freud acerca da castração e da ambivalência emocional em relação ao pai, fica mais fácil discutirmos um pouco a respeito da conceitualização freudiana sobre a questão do horror ao incesto.

Em *Totem e tabu*, Freud (1912-1913/2012) aprofunda o estudo do totem e do tabu nas sociedades primitivas para tentar explicar a origem do tabu do incesto e chega à conclusão de que o horror ao incesto não deve ser entendido como inato, pelo contrário “[...] os primeiros impulsos sexuais dos jovens seres são de caráter incestuoso, e que tais impulsos reprimidos têm, como forças motrizes de neuroses posteriores, um papel que não se pode exagerar.” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 191). Defende que o estudo do tabu é importante para entender as neuroses, uma vez que seus enunciados, especialmente os de não liquidar o animal totêmico e evitar ter relações sexuais com indivíduos do sexo oposto, são o ponto nodal dos desejos infantis e núcleo da neurose.

Fala, então, diretamente, do complexo de Édipo, para explicar que a ambivalência emocional quanto ao pai, por parte da criança, em relação à rivalidade pela mãe, pode ser percebida no deslocamento que a criança faz para a fobia por um animal, a exemplo do caso do pequeno Hans, de quem ela tem temor, mas ao mesmo tempo respeita e, posteriormente, se identifica.

O pai desempenha, então, um papel simbólico similar no complexo de Édipo e no complexo de castração: o de adversário dos interesses sexuais da criança: “A castração ou seu substituto, o enceghecimento, é o castigo com que ele ameaça.” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 200).

O pai, por conta da identificação e atitude emocional ambivalente da criança, assume o lugar de animal totêmico. Logo, os princípios que regem o totemismo, não matar o totem e não ter relações sexuais com a mulher deste, estão em discordância com os dois crimes praticados por Édipo, que matou o pai e desposou a mãe, sendo estes justamente os desejos inconscientes primordiais da criança.

Freud (1912-1913/2012) tenta explicar a origem da proibição do assassinato do pai e do incesto pelo mito do assassinato do pai da horda primitiva, que, sendo tirânico, detinha para si todas as fêmeas do bando e expulsava dele os filhos machos crescidos. Esses retornam, então, para assassinar o pai e terem acesso às mulheres do grupo, devorando-no, mostrando sua identificação com esse pai, que ambivalentemente é temido e admirado pelos filhos, assim como fazem os neuróticos e as crianças. Com sua eliminação, estavam satisfeitas, para os filhos, as condições de ódio ao pai e de identificação com ele. Contudo, os impulsos afetuosos em relação ao pai se impõem e se manifestam em forma de arrependimento e consciência de culpa. Nas palavras de Freud (1912-1913/2012, p. 219), “O morto torna-se mais forte do que havia sido o vivo [...]”. E o que ele determinava enquanto estava vivo passa a valer mais fortemente para os filhos como lei a ser obedecida *a posteriori*,

dando origem aos citados tabus do totemismo que, por serem originados a partir da consciência de culpa dos filhos, concordam com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo; tais tabus dão origem à moralidade.

Freud finaliza o texto ressaltando a importância do complexo de Édipo: nele "[...] reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte, em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses, até onde elas foram acessíveis ao nosso entendimento." (FREUD, 1912-1913/2012, p. 238).

Com *Totem e tabu*, Freud lança as bases para a compreensão do Édipo a partir de uma leitura mítica, em que o mito do pai primevo passa a ser dado como a origem do sentimento moral, tão importante para o horror ao incesto, que pauta o fim do complexo de Édipo e permite a intervenção do complexo de castração. Além disso, recoloca a questão em termos de uma estrutura simbólica, retirando-a do campo do romance e lendo-a no campo do mito.

2.5 A dissolução do complexo de Édipo

Em 1924, Freud teoriza acerca das principais diferenças entre o Édipo na menina e no menino e sobre os processos de dissolução do complexo. O autor deixa claro que tais observações são concernentes ao menino, mas não exatamente à menina, uma vez que são obscuros os caminhos percorridos por ela.

Freud defende (1924/2011c) que alguns fatores podem contribuir para a dissolução do complexo, como a chegada de um irmão que demanda atenção e cuidados dos pais, por exemplo, mas que a própria impossibilidade de concretização dos desejos advindos do complexo já justificaria seu desaparecimento. Para o autor, existiria um tempo pré-determinado para a sua dissolução, sendo o Édipo constitutivo do desenvolvimento normal da criança. Em suas palavras:

[...] o complexo de Édipo tem de acabar porque chegou o momento de sua desintegração, assim como caem os dentes de leite quando surgem os permanentes, Embora o complexo de Édipo seja vivido pela maioria das pessoas individualmente, ele é um fenômeno determinado pela hereditariedade, por ela estabelecido, que programadamente deve passar, quando começa a fase seguinte predeterminada ao desenvolvimento. (FREUD, 1924/2011c, p. 204-205).

Sobre a ameaça de castração, é através dela que a organização genital fálica sucumbe, contando com a contribuição de outras influências, como a observação do genital feminino.

Segundo Freud (1924/2011), o menino visualiza duas possibilidades de satisfação com o complexo de Édipo, uma ativa, em que ele se identifica com o pai e pode relacionar-se com a mãe, e outra passiva, em que ele se identifica com a mãe e pode ser amado pelo pai. Contudo, ambas as possibilidades implicam na perda do pênis; na satisfação masculina, isso aconteceria como castigo e, na feminina, como pressuposto. Do medo da perda do pênis advém um conflito entre o interesse narcísico nesse órgão e a busca pela realização do desejo nos objetos parentais. Vence, então, o Eu da criança, que se afasta do complexo de Édipo. Com isso, os investimentos objetais são deixados de lado e substituídos pela identificação: “A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmago do Supereu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal do objeto.” (FREUD, 1924/2011, p. 208-209). O Super-eu, como herdeiro do complexo de Édipo, seria, então, a introjeção da proibição do incesto antes associada ao pai. Posteriormente, vai explicar:

Entendemos que com a cessação do complexo de Édipo a criança teve de renunciar aos intensos investimentos de objetos que fez nos pais, e como compensação por essa perda de objeto são bastante fortalecidas as identificações com os pais que provavelmente existem há muito no seu Eu. (FREUD, 1933/2011b, p. 201).

Segundo Freud (1933/2011b), o Super-eu é herdeiro da autoridade parental, contudo, destaca que ele sofre influência de outras figuras que representem autoridade, tais como professores, mestres, etc.

Por fim, Freud (1924/2011c) esclarece que há, com a dissolução do complexo, dessexualização das tendências libidinais próprias ao complexo de Édipo e, em parte, sublimação das mesmas. Caso ocorra apenas repressão das tendências libidinais, o processo pode ser considerado malsucedido, uma vez que o complexo ainda é mantido a nível inconsciente. Quando o Eu realiza a ação com sucesso, há uma destruição ou abolição do complexo.

Freud explora, então, as diferenças que se apresentam para as meninas. As mesmas consequências advêm do complexo em ambos os sexos, contudo, na menina, a forma como ocorrem é diferente. Anatomicamente, o clitóris seria o equivalente do pênis no menino, mas a menina se sente inferiorizada diante do tamanho do pênis que ela observa nos

garotinhos. Ela acredita que todos possuem um pênis e que, no caso dela, ela já o tivera, mas o perdera, tendo sido castrada. Disso, Freud (1924/2011c, p. 212) conclui que “[...] a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade da consumação.”

Freud considera que o complexo de Édipo na menina é muito mais inequívoco do que no menino, pois ela ainda tenta compensar a renúncia ao pênis, herança do complexo de castração, com o desejo de receber do pai um filho como presente, numa passagem simbólica do pênis ao bebê.

Em 1925, Freud se detém mais na fase pré-edípica da menina, fazendo uma distinção das consequências do complexo de castração para o menino e para a menina. “Enquanto o complexo de Édipo do menino sucumbe ao complexo de castração, o da menina é possibilitado e introduzido pelo complexo de castração.” (FREUD, 1925/2011d, p. 296). Freud defende que a menina culpa a mãe por tê-la posto no mundo insuficientemente aparelhada, o que facilita um afrouxamento da relação da filha com a mãe, sedimentando as bases para a mudança de objeto da mãe para o pai, operada pela menina. Freud (1933/2011b) se interroga se o desejo da menina direcionado ao pai não seria o desejo pelo pênis que não obteve com a mãe. Receber um filho do pai seria uma esperança de receber um pênis através do bebê.

Freud (1933/2011b) ressalta que muito da relação entre o pai e a menina já se faz presente na relação pré-edípica desta com a mãe. Chega mesmo a falar em fantasias de sedução pela mãe, assim como as históricas fantasiavam com o pai as seduzindo sexualmente. Essa fantasia é proveniente dos cuidados e higienização do corpo da criança. A mudança de objeto não se faz sem hostilidade contra a mãe, e esta não é de toda abandonada posteriormente. A criança formula uma série de justificativas para essa hostilidade.

Por fim, faz-se importante resumirmos, a partir do que foi trazido acima, as dimensões do pai nas breves considerações à obra de Freud. Pode-se diferenciar as dimensões do pai em Freud relacionando-as aos planos do Real, do Simbólico e do Imaginário, tal como pensado depois por Lacan.

Entendemos que, na perspectiva de uma ênfase na dimensão imaginária do pai, Freud trabalha associando-o aos romances familiares e aos ideais. É o pai do mito edípico de Sófocles, com quem o filho trava combate, o pai com quem a criança rivaliza. Em *Totem e tabu*, o pai é pensado, essencialmente, em sua dimensão simbólica, estando associado ao pai da horda primitiva, relativo à dimensão da internalização da Lei. Por fim, em *Moisés e o*

monoteísmo (FREUD, 1939/2006i), o pai encarna a função paterna em sua presença absoluta, colocando em jogo a dimensão do real.

Acreditamos que, com esse capítulo, lançamos bases para uma melhor compreensão do que está em jogo no Édipo em suas relações com a constituição do sujeito para a psicanálise. A importância para este trabalho da retomada dos termos freudianos foi a de indicar o papel da percepção da diferença sexual no modo como se estabelecem as identificações e, portanto, a constituição do Eu; entender-se-á, com Lacan, que a percepção desta diferença não está referida ao órgão propriamente dito, mas a um significante, o Nome-do-pai. Passemos agora à nossa leitura do trabalho lacaniano para que, finalmente, a relação entre os textos de Freud e de Lacan seja estabelecida e possamos, então, discutir a parentalidade nas novas configurações familiares.

3 AS PROPOSIÇÕES LACANIANAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, O ÉDIPO E OS COMPLEXOS FAMILIARES

Neste capítulo, daremos seguimento à teorização do Édipo a partir da leitura de autores que sucederam Freud, especialmente Lacan, dada a conformação que o autor deu ao Édipo em seu entendimento enquanto função, o que nos permitirá, no capítulo seguinte, relacionar sua teoria à realidade das configurações familiares contemporâneas. Isso porque Lacan propõe uma perspectiva estrutural da família, como nos esclarece Costa (2010).

3.1 Proposições sobre a constituição do sujeito

Lacan (1949/1998) postula que a primeira relação de realidade desenha-se para a criança no contato com a mãe e seu Outro, formulando o Estádio do espelho, que seria um processo de identificação, a assimilação no sujeito de uma imagem, uma *imago*, que produz no *infans* uma transformação. Esse processo ocorreria entre os seis e os dezoito primeiros meses do bebê e é revelador de um dinamismo libidinal.

Segundo Quinet (2012), o Estádio do espelho é a antecipação da unificação do corpo para a criança, uma vez que ela, por conta de suas pulsões autoeróticas parciais, o assimila de forma fragmentada. Essa imagem vai se unificar para a criança pela imagem do outro ou pela imagem do espelho, que são indistintas. Assim, a criança se identifica com a imagem do outro para constituir o Eu Ideal.

Lacan (1949/1998) explica que a forma acabada do corpo, tal como a criança a antecipa numa miragem, só lhe é dada como *Gestalt*, numa exterioridade que lhe é constituinte. Essa imagem, além de constitutiva, é também alienante, pois coloca o sujeito na dependência da imagem desse outro.

É importante diferenciar o outro com “o” minúsculo (lê-se pequeno outro) do Outro (lê-se grande outro), pois o outro representa um outro qualquer, que eu vejo na minha frente, a quem atribuo uma imagem de completude. Já o Outro “É de onde vêm as determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido.” (QUINET, 2012, p. 21). Isso porque, antes mesmo de nascer, a criança já é falada e referida no discurso da família. Cria-se uma expectativa quanto ao bebê, escolhe-se um nome, já adquirindo um lugar no discurso dos pais. O sujeito, na verdade, é aquilo que se diz dele. Lacan (1957-1958/1999, p. 195) defende que existe na criança um assujeito, “[...] porque, a

princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado.”.

Para Lacan (1956-1957/1995), esse momento de percepção do corpo como supostamente completo é assimilado como jubiloso pela criança, ou seja, ele é acompanhado de um sentimento de triunfo, por conta da relação do homem com sua própria imagem. Nesse momento, a criança vai dar-se conta também de sua própria incompletude, ou seja, do fato de que a ela mesma algo pode faltar. É na relação especular com a mãe (geralmente, o outro com quem a criança se identifica, por essa ser a responsável por seus cuidados, especialmente corporais, que bordeia seu corpo eroticamente) que se produz a relação com a imagem do Outro, possibilitando que ele possa supor uma totalidade. Assim, é possível ao sujeito supor uma falta, ou seja, que algo pode faltar imaginariamente, conjecturando que algo mais além deve existir. É somente depois da identificação imaginária especular à imagem do corpo que o sujeito pode, enfim, realizar o que falta à mãe. A falta da mãe não pode ser preenchida por um objeto real como substituto, permanece sempre nela a falta do falo². Usando as palavras de Lacan (1956-1957/1995, p. 180):

É somente depois do segundo tempo da identificação imaginária especular à imagem do corpo, que está na origem do seu eu e que dá a matriz deste, que o sujeito pode realizar o que falta à mãe. A experiência especular do outro como formando uma totalidade é uma condição prévia. É com referência a esta imagem que o sujeito realiza que, também a ele, algo pode faltar. O sujeito leva assim para além do objeto do amor esta falta a que pode ser conduzido a substituir, a se propor ele mesmo como o objeto que a preenche.

A função paterna está associada à efetivação da percepção da falta no Outro, função esta que desestabiliza a possibilidade da criança se oferecer como objeto para preencher esta falta.

3.2 O falo e a castração

Lacan (1956-1957/1995, p. 209, grifo do autor) traz que uma questão importante para Freud diz respeito ao que é ser pai:

² É importante esclarecer que Freud pouco se valeu do termo “falo”. Nasio (1997) explica que a referência maior de Freud a esse termo está ligada a seu uso quando associado a um dos estágios do desenvolvimento sexual infantil, o “estágio fálico”, sendo mais comum o uso do termo “pênis” nos escritos freudianos. Ainda segundo o autor, é Lacan quem melhor distingue falo e pênis. A partir desse capítulo, por estarmos tratando com a teoria lacaniana, usaremos o termo falo para se referir a esse conceito psicanalítico, que difere do órgão sexual masculino em seu sentido anatômico. Contudo, vale salientar que o próprio Freud (1923/2006e) estabelece essa diferença, quando diz, por exemplo, que o que está em jogo na questão da organização genital infantil não é a primazia dos genitais, mas a primazia do falo.

[...] existe em algum lugar alguém que pode assegurar plenamente a posição do pai, alguém que pode responder: *Eu o sou, pai*. Essa suposição é essencial para todo o progresso da dialética edipiana, mas isso não resolve de modo algum a questão de saber qual é a posição particular, intersubjetiva, daquele que, para os outros, e especialmente para a criança, preenche esse papel.

Lacan faz uma distinção do pai entre pai real, pai imaginário e pai simbólico. Usando suas palavras (LACAN, 1956-1957/1995, p. 225) para definir o pai imaginário:

O pai imaginário é aquele com que lidamos o tempo todo. É a ele que se refere, mais comumente, toda a dialética, a da agressividade, a da identificação, a da idealização pela qual o sujeito tem acesso à identificação ao pai. Tudo isso se passa no nível do pai imaginário.

O pai imaginário não tem uma relação necessária com o pai real da criança. O pai real é aquele que interfere diretamente no complexo de castração, que pode ser marcado tanto por sua presença como por sua ausência. Safouan (1979) esclarece que é o pai real que coloca em acordo o desejo e a lei. O autor explica ainda que esse é justamente o cerne da função paterna, intervir de tal forma que o sujeito possa assumir seu desejo.

O pai simbólico, efetivamente, não existe, ele não está em lugar nenhum, só pode ser alcançado por uma construção mítica. Dor (2011) explica que o pai atua como um operador simbólico a-histórico, por não estar sujeito à ação de uma história, no sentido cronológico do termo, a história que dele se pode supor é uma história mítica. Usando suas palavras: “[...] trata-se menos de um ser encarnado do que de uma entidade essencialmente *simbólica* que ordena uma *função*.” (DOR, 2011, p. 12, grifo do autor). Esse pai simbólico é universal, sendo operante e estruturante para cada indivíduo, não importando o sexo da criança. Essa função paterna assujeita o ser falante numa sexualização. O autor enfatiza que a função paterna constitui um epicentro crucial na estruturação psíquica do sujeito.

Lacan (1957-1958/1999) esclarece que nem todos estão aptos a exercerem essa função de forma igual. O pai da realidade precisa jogar com a linguagem do desejo dos envolvidos. Nesse sentido, Dor (2011, p. 13, grifo do autor) faz uma distinção entre filiação e paternidade. “[...] nenhum *pai*, na realidade, é *detentor* e, *a fortiori*, *fundador* da função simbólica que representa. Ele é o seu *vetor*. Esta distinção instaura, sob alguns aspectos, o desvio que existe entre a *paternidade* e a *filiação*.” Segundo o autor, a filiação, levando em conta suas incidências, prevalece sobre a paternidade real.

Ainda sobre o pai simbólico, Dor (2011) explica que ele é a referência à Lei da proibição do incesto, regra que legaliza as relações entre os membros de uma mesma comunidade. Desse modo, ele pode ser compreendido como o que proíbe a mãe, frustrando o

filho de sua posse. Sua transcendência é, portanto, resultado de um simbolismo legalista, sendo o pai simbólico o depositário legal dessa lei que emana de um lugar outro e que não pode ser possuída por um pai real, embora seja ele o seu representante.

Safouan (1979, p. 112, grifo do autor) explica que

A subordinação da satisfação do desejo da mãe a uma ordem simbólica ou, mais exatamente, o fato de que *tal ordem venha*, nesta etapa, *substituir o desejo materno*, é portanto o que impede a criança de sucumbir a uma vassalagem fálica que a faria saltar, à mercê do desejo do Outro, de identificação em identificação [...].

O centro da problemática edípiana estaria em a criança chegar à escolha de objeto, sendo esta situada corretamente com referência à função paterna. O pai, contudo, explica Lacan (1956-1957/1995), é simbólico e precisa ser alguém que encarne, como o Deus do monoteísmo, a ideia de alguém que poderia dizer: *Eu sou aquele que sou*, que, contudo, não pode ser pronunciada por ninguém. Esse pai é o pai mitológico de Freud, elaborado em *Totem e Tabu* (1912-1913/2012), que precisou ser morto para que ganhasse, como já explicamos anteriormente, o estatuto de simbólico; através do estabelecimento da Lei de interdição, passa a ter mais poder do que o pai real.

Sobre o júbilo advindo da assimilação do corpo completo do outro quando do Estádio do espelho, Lacan (1956-1957/1995, p. 190) afirma:

[...] o momento de seu triunfo é também o medidor de sua derrota. Quando se encontra em presença desta totalidade sob a forma do corpo materno, ele deve constatar que ela não lhe obedece. Quando a estrutura especular reflexa do estádio do espelho entra em jogo, a onipotência materna só é refletida, então, em posição claramente depressiva, e aí surge o sentimento de impotência da criança.

Contudo, a criança começa a se dar conta de que não está só com a mãe, mesmo quando se encontra a sós com ela. Inicialmente, ela associa esse “não estar só” à existência de outras crianças. Contudo, Lacan intui que haja um outro termo em jogo, que é constante e independente das contingências da história, seria o que a mãe conserva como *Penis-neid* (LACAN, 1956-1957, p. 229), podendo a criança preenchê-lo ou não. A mãe deseja algo, e esse algo é o falo.

Lacan (1956-1957/1995) traz aqui a ideia de que um momento de fundamental importância na constituição subjetiva da criança é quando ela se dá conta de que a mãe deseja algo que não apenas seu bebê, de que ela deseja o falo, ou que simplesmente é desejante.

O que a criança deseja é o desejo da mãe. E ela se subjetiva a partir dessa busca de ser o objeto de desejo dela: “O que deseja o sujeito? Não se trata da simples apetência das

atenções, do contato ou da presença da mãe, mas da apetência de seu desejo.” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 188)

A criança se oferece à mãe como falo, podendo se identificar com ele, com a mãe ou colocar-se como portadora dele: “É na relação com a mãe que a criança experimenta o falo como o centro do desejo dela. E ela própria se situa ali em diferentes posições pelas quais é levada a manter, isto é, muito exatamente, a tapear esse desejo da mãe.” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 230).

Dor (2011), na sua leitura do texto lacaniano, refere-se ao falo como o quarto elemento da relação pai-mãe-criança, a triangulação edípica. Segue explicando que:

Enquanto tal, o falo constitui assim o centro de gravidade da função paterna, que vai permitir a um Pai real chegar a assumir a sua representação simbólica. Para isso, será suficiente que ele saiba dar provas, num dado momento, de que é suscetível, precisamente, de atualizar a incidência fálica como o único agente regulador da economia do desejo e de sua circulação com referência à mãe e ao filho. (DOR, 2011, p. 16)

Lacan explica que o falo não é uma fantasia, nem um objeto (parcial, bom, mau etc.), muito menos o órgão que ele simboliza, e diz ainda que o falo é um significante que, em seu conjunto, designa os efeitos do significado. O autor nos ensina também que, para se ter o falo, é preciso primeiro se ter instaurado que não se pode tê-lo, e é onde o pai intervém efetivamente, de forma que a possibilidade de castração passa a ser essencial para a assunção do fato de se ter o falo (LACAN, 1957-1958/1999).

Segundo a definição de Nasio (2007, p. 78),

[...] Falo designa não apenas o pênis quando fantasiado, isto é, quando vivido como símbolo da força, como também toda pessoa, objeto ou ideal a que sou visceralmente ligado, de que sou dependente e que sinto como a fonte de minha potência. Falo é, portanto, o nome que damos a qualquer coisa altamente investida, tão investida e amada que não cessa de ser concreta para ser fantasiada.

Para compreendermos melhor a relação com o falo, é preciso estarmos bem situados em relação ao conceito de castração, tal como Lacan o define ao logo de sua obra. Segundo o autor, Lacan (1957-1958/1999) a castração amputa, simbolicamente, alguma coisa imaginária e está ligada a uma ordem simbólica instituída. O autor já havia dito antes que, na obra freudiana, desde o início, a noção de castração está

[...] ligada à posição central atribuída ao complexo de Édipo, como o elemento de articulação essencial de toda a evolução da sexualidade. [...] o complexo de Édipo

comporta, daí por diante, em si mesmo e fundamentalmente, a noção da lei, que dele é absolutamente ineliminável. (LACAN, 1956-1957/1995, p. 61).

Nasio (2007) esclarece que a fantasia de ser punido com a castração e a angústia que daí resulta é sempre inconsciente; e que castração sempre quer dizer angústia, pois não há castração sem uma ameaça tida como angustiante pelo sujeito. Essa angústia, contudo, só se presentifica no menino, já que só ele tem, de fato, algo a perder; na menina, o que se apresenta é desejo, sofrimento e inveja. Além disso, faz questão de diferenciar castração de medo da castração. É o medo da castração, não a castração propriamente dita, que causa sofrimento neurótico.

A castração se dá a título de posição subjetiva, quando se trata do real, estamos falando de privação, como ausência do pênis na mulher. Essa castração não implica uma castração no real, ela é, na verdade, uma ação que incide sobre o objeto imaginário “[...] na medida em que este se apodera desse objeto imaginário como que de seu instrumento, que simboliza uma dívida ou uma punição simbólicas, e que se inscreve na cadeia simbólica.” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 224).

Lacan traz também que a organização genital infantil se presentifica tanto para o menino quanto para a menina a partir do primado do falo. É ser possuidor do atributo fálico ou não que determinará se o sujeito é considerado castrado ou não. O autor explica que é pela relação com o falo que a menina entra no Édipo, ela só precisa deslizá-lo do imaginário, onde o situa no mais-além da mãe, ou do representante materno, a partir da descoberta da insatisfação fundamental que a função materna experimenta na relação com a criança, para o real, onde o situa no pai, ou no representante paterno.

Para Lacan, o falo não é real, mas simbólico, uma vez que ele se apresenta como ausência e, enquanto ausente, ele se mostra presente, porque ele é evocado a título de ausência. É nessa relação de presença-ausência que se instaura a diferença anatômica entre os sexos. É dessa maneira que a menina entra no Édipo e o menino sai dele, através da constatação de que a menina não o tem simbolicamente e o menino o tem. “Uma coisa é o pênis, que é assim mesmo uma função imaginária, na medida em que é imaginariamente que se o incorpora. Outra coisa é o falo na medida em que falta à mãe, e que está para além desta e de sua potência de amor.” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 178-179).

Sobre o momento de dissolução do Édipo, Lacan diz, quanto ao falo: “Em outras palavras, no momento da saída normatizadora do Édipo, a criança reconhece não ter – não ter realmente aquilo que tem, no caso do menino, e aquilo que não tem, no caso da menina.” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 179).

A relação da criança com a mãe está intimamente relacionada com o desejo da segunda em sua referência ao falo, e é dessa frustração que a criança passa a investir em outros objetos e vai se assumindo enquanto sujeito. Disso decorre a necessidade de um entendimento mais apurado sobre o falo:

[...] a mulher tem, dentre suas faltas de objetos essenciais, o falo, e que isso está estreitamente ligado à sua relação com a criança. Por uma simples razão – se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, na medida em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que o satura. (LACAN, 1956-1957/1995, p. 71).

Lacan esclarece ainda que o mais importante não é tanto que a criança falhe nas suas tentativas de sedução à mãe, mas que ela perceba que aquilo que ela lhe oferece é insuficiente. É no complexo de castração que se tenta buscar uma saída para isso, colocando para fora do jogo o pênis real, retomando no plano imaginário aquilo que diz respeito ao falo, ao plano simbólico; a castração atua no sujeito sobre um objeto imaginário. O pênis é investido de uma simbolização, pois no real, tudo é pleno, nada é privado de nada.

Segundo Dor (2011), inicialmente, mãe e filho(a) se encontram numa relação fusional, derivada do fato de a criança constituir o único objeto capaz de satisfazer o desejo da mãe. Essa identificação com o falo é estritamente imaginária, sendo uma relação estranha à castração, já que ela é o próprio falo. Sendo o falo o objeto imaginário da castração, é natural que essa identificação também o seja imaginária. É nesse momento que o pai real vai tornar sua presença cada vez mais embaraçosa para a criança que, então, começa a questionar sua identificação imaginária com o objeto de desejo da mãe, gerando uma incerteza diante desse desejo. A partir desse questionamento é que a criança começa a se inscrever no regime da castração e a dinâmica do desejo da criança vai ser vetorizada pela instância da função paterna.

Dor (2011) diz ainda que, ameaçada em seus investimentos libidinais, a criança começa a pressentir a incidência do desejo da mãe em relação ao desejo do pai. Ela passa a conceber o pai real muito mais no plano do imaginário, percebendo-o como o que priva, interdita e frustra. Sendo visto como o objeto de desejo da mãe, o pai se apresenta para a criança como um falo rival. Contudo, o pai é confundido com o suposto *ser* o falo, não sendo ainda não é suposto *ter* o falo. A criança depara-se, então, com a Lei e descobre que a mãe segue a Lei do desejo.

A partir de agora, a criança pode entender que a mãe é dependente de um objeto que o outro tem ou não tem. Entra-se num momento decisivo do Édipo, em que advém o lugar

do pai simbólico no lugar do pai imaginário, onde ele será investido como aquele que tem o falo.

A metáfora paterna e o seu correlativo, o recalque originário do significante desejo da mãe, que passa assim a ser inconsciente, é que irão permitir a emergência do sujeito psíquico na criança. A metáfora se dá na substituição do significante do desejo da mãe por um novo significante, o Nome-do-Pai. O desejo da mãe será, então, recalcado em benefício do novo significante e se tornará inconsciente.

É possível para a criança fazer agora uma associação entre a ausência da mãe/cuidador e a presença do pai/quem exerce a função paterna, passando a designá-lo como a ideia que ela tem daquilo que mobiliza o desejo da mãe. O pai passa, então, a ser referido ao falo pela criança. Ela faz uma associação do significante Nome-do-Pai ao significante falo. Não é de um Pai real que se trata, mas desse significante *Nome-do-Pai*, que é a lei introjetada pela mãe em referência ao Pai Simbólico. A criança renuncia, então, ao objeto de seu desejo, abrindo-se para ela o acesso ao simbólico e a possibilidade de assunção de sua condição de sujeito desejante.

3.3 O Nome-do-Pai e os três tempos do Édipo

Chegamos, então, ao conceito de Nome-do-Pai, formulado por Lacan, que se trata de um estatuto significante que legitima o estatuto do Pai simbólico. A metáfora do Nome-do-Pai seria justamente a substituição do significante do desejo da mãe pelo significante Nome-do-Pai. O que é relevante é o valor que a mãe atribui à autoridade do pai, é a referência que ela faz à Lei instituída pela palavra dele:

[...] trata-se menos das relações pessoais entre o pai e a mãe, ou de saber se ambos estão ou não à altura, do que de um momento que tem que ser vivido como tal, e que concerne às relações não apenas da pessoa da mãe com a pessoa do pai, mas da mãe com a palavra do pai – com o pai na medida em que o que ele diz não é, de modo algum, igual a zero. O que importa é a função na qual intervém, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai; segundo, a fala articulada do pai; e terceiro, a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no-lo anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo. (LACAN, 1957-1958/1999, p. 197).

Costa (2010, p. 53, grifo do autora) complementa:

A questão que se coloca aqui não diz respeito a um personagem, mas a um significante. A função do pai no complexo de Édipo está muito além da sua conduta, do que ele aparenta ser ou do papel que desempenha na família. Não importa se ele se ausenta com frequência ou se fica em casa para cuidar das crianças quando a mãe sai para trabalhar. Segundo Lacan, "o essencial é que o sujeito tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai".

Ainda segundo Costa (2010), Lacan teoriza acerca do Complexo de Édipo em forma de metáfora paterna, o Nome-do-Pai, e com isso desloca o genitor para o campo do simbólico. É ele quem instaura a Lei e faz a interdição da mãe. Na teoria lacaniana, a função fundamental do Édipo aparece como uma coextensão da função paterna, entendendo a função paterna como algo distinto da presença ou ausência do pai na família. O que é determinante é o Nome-do-Pai, não a pessoa do pai, mas a importância que a mãe dá a sua autoridade.

Portanto, para a psicanálise, o pai não é o biológico, mas é o pai do desejo da mãe. O Nome-do-Pai substitui o desejo da mãe, com o qual a criança se identificará como sendo seu objeto. Logo, não é importante ressaltar a carência do pai na família ou o declínio da imagem paterna, pois se o pai está ausente na família não significa que esteja ausente no complexo. É a função do pai que está no centro da questão do Édipo e é onde se vê presentificada (COSTA, 2010; LACAN, 1957-1958).

Dada essa base estrutural, Lacan (1957-1958/1999) propõe pensar o Édipo em três momentos. No primeiro tempo do Édipo, a criança está em busca de satisfazer o desejo da mãe, ou seja, *ser ou não ser* o objeto do desejo da mãe, *to be or not to be* o falo, imaginariamente. A criança se identifica specularmente com aquilo que é o objeto de desejo da mãe, numa relação de assujeitamento. Para Costa (2010), isso acontece porque, embora a criança tenha atravessado o estádio do espelho, ela ainda se vê numa relação quase que fusional com a mãe e destaca o falo como mais um nessa relação criança-mãe. A autora esclarece ainda que esse assujeitamento faz com que a criança se coloque como objeto suposto faltar à mãe.

A segunda etapa, que se resume em *ter ou não ter o falo*, diz respeito à constatação de que existe um Outro do Outro, a Lei, para quem a mãe direciona seu desejo, um objeto que o Outro tem ou não tem. É o Outro que pode possuir esse objeto de desejo, fazendo com que ela remeta seu desejo a ele. É a palavra do pai, pai enquanto imaginário, com a qual a mãe deve se relacionar de tal forma que a criança possa ver aí a chave da relação do Édipo. O pai passa a ter uma dupla função: ele surge como interditor da criança em relação à mãe, pois ele possui o direito sobre ela e em relação à mãe, pois ele a priva de um objeto simbólico, o filho identificado com seu objeto de desejo. Nesse tempo, o pai em ação é o

simbólico, uma vez que ele é suposto deter o objeto de desejo da mãe. A criança é forçada a deixar de se ver como o falo, onde incide aí o complexo de castração (COSTA, 2010).

No terceiro tempo, chamado por Costa (2010) de *Ter ou não ter o dom*, é o momento em que ocorre o declínio do Édipo. Explica que o pai não é aquele que é o falo, mas aquele que o possui e que pode ou não dá-lo à mãe. O pai é o que possui o objeto de desejo da mãe. É nesse terceiro tempo que se dão as identificações. A identificação que se realiza nesse terceiro momento, o pai intervindo como detentor do falo, é a internalização, no sujeito, do pai como Ideal do Eu. O menino renuncia a ser o falo da mãe e se identifica com aquele que o detém, o pai. Para a menina, o desfecho do Édipo se processa de uma forma diferente: ela identifica-se com a mãe, por essa não tê-lo, mas que sabe onde deve buscá-lo.

Lacan (1956-1957/1995; 1957-1958/1999) diz que o pai é uma metáfora, significante que substitui outro significante. Essa é a intervenção do pai no complexo de Édipo: substituir o primeiro significante, o significante materno. A metáfora do Nome-do-Pai seria justamente a substituição do significante do desejo da mãe pelo significante Nome-do-Pai.

Com o entendimento da sexualidade infantil para Freud e a teorização do Édipo para Lacan, estão dadas as bases para melhor nos aprimorarmos das discussões concernentes ao estatuto de formação subjetiva dada nos arranjos familiares contemporâneos, de forma que possamos perceber de que maneira, hoje, é possível pensar a constituição subjetiva nesses novos arranjos.

4 ARRANJOS FAMILIARES E PSICANÁLISE

Até aqui, tentamos fazer um apurado das teorizações de Freud e de Lacan sobre a constituição subjetiva, tentando compreender de que maneira esses autores acabaram por destacar um lugar de importância para a família nesse processo. A seguir, esboçaremos um entendimento do modo como a psicanálise estende a discussão aos modelos contemporâneos de conformações familiares.

A teoria freudiana do complexo de Édipo foi importante nesse percurso para que partíssemos dele e pudéssemos entender melhor a formulação de Lacan acerca do Nome-do-Pai, conceito que sustenta teoricamente nossos argumentos principais nesse trabalho. Foi importante Freud abrir espaço para a discussão da sexualidade infantil para que, posteriormente, Lacan pudesse desenvolver sua teoria sobre a constituição do sujeito e suas condições de possibilidade nas novas configurações familiares.

Tomar-se-á de empréstimo a formalização de Alfredo Jerusalinsky (2008) sobre as quatro operações fundamentais de constituição do sujeito propostas a partir de Freud e de Lacan, a saber: suposição de sujeito, alternância presença/ausência, estabelecimento da demanda e função paterna.

O eixo de suposição do sujeito está referido às fantasias que se criam em torno da chegada do bebê, sobre as quais falamos anteriormente. Supor um sujeito é dar condições para que o bebê possa assumir seus próprios significantes e se desprender daqueles emprestados da mãe (QUINET, 2012). Apesar de todas as expectativas depositadas nele, o bebê vai se relacionar com o mundo de uma forma própria e é preciso que isso seja reconhecido pelo Outro.

O estabelecimento da demanda é justamente quando a criança pode, enfim, ser um sujeito de desejo, e seu choro deixa de ser um grito e passa a ser uma demanda. Essa demanda é estabelecida na relação com o Outro e com o meio que os circundam (KUPFER *et al.*, 2008).

A alternância presença/ausência diz respeito à saída e à entrada do Outro materno, tem a ver com o fato de ele nem sempre atender à demanda do filho. É criar o espaço para que o filho o chame, o demande, por sentir sua falta, ele estando uma vez ausente. São essas ausências do Outro materno que permitem ao sujeito formular o que ele quer (KUPFER *et al.*, 2008).

Finalmente, a função paterna é aquilo que produz o corte entre a mãe e o filho, não permite à mãe tomá-lo como seu único objeto e faz com que o filho entenda que não é tudo para essa mãe (NASIO, 2007).

Esses quatro eixos, esclarece Jerusalinsky (2008), engendram o fantasma fundamental, cerne da constituição do sujeito psíquico. Veremos com Lacan (1984/1990) que a família é o espaço onde, dadas algumas condições propícias, o sujeito poderá emergir na criança. Entendemos que, se uma família possibilita a realização dessas operações mínimas, independentemente de sua conformação, ela está garantindo o que se espera para que esse sujeito possa emergir.

4.1 A família como espaço para a constituição subjetiva

Intentando resgatar a importância do que foi dito nos capítulos anteriores sobre a relevância do complexo de Édipo, citamos Saroldi (2009), que chama atenção para o fato de que o complexo, além de fundamental para o desenvolvimento da moralidade nos indivíduos, tem também sua importância para o avanço da civilização, uma vez que “[...] para Freud, a ontogênese [...] tende a repetir a filogênese [...]” (SAROLDI, 2009, p. 14). A autora explica ainda que a principal função do complexo de Édipo é impedir que a energia sexual (a libido) circule de forma desgovernada. A partir disso, é possível falar no surgimento da cultura e, conseqüentemente, da família e da norma familiar.

Segundo Lacan (1984/1990), a família vai surgir como um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: a geração e as condições do meio. A conservação e o progresso de comportamentos adaptativos, por serem coletivos, constituem a cultura. As instâncias culturais, assim o provam os casos de adoção, dominam as instâncias naturais. Disso resulta que a família humana é uma instituição que desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Nas palavras do autor:

[...] a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, preside esta organização das emoções segundo tipos condicionados pelo meio ambiente [...] mais amplamente, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. (LACAN, 1984/1990, p. 13).

É importante contextualizar que essa formulação lacaniana sobre a família como função estruturante aparece em seu texto *Os complexos familiares na formação do indivíduo*,

da década de 1930. Portanto, é anterior aos seminários ministrados nos anos de 1956 a 1958, quando ele teoriza mais detidamente sobre a função paterna e cria lugares simbólicos para os representantes das funções paterna e materna - de tal forma que torna mais claro o modo como essa estruturação é pensada. É nesse espaço que se tem dado a discussão contemporânea acerca das possibilidades de estruturação do sujeito nesses arranjos atuais.

A partir da visão de Lacan, Kamers (2006) conceitua que a família é uma estrutura caracterizada como um sistema de parentesco que delimita lugares simbólicos, não sendo, necessariamente, ocupados pelos pais biológicos.

Segundo Rodriguez e Gomes (2012), adotar o termo parentalidade muda o foco do biológico (ligado à paternidade) e faz com que a ênfase recaia sobre o processo de construção psíquica e de vincularidade: a discussão sai, então, do âmbito do biológico e do jurídico (poder do Estado) e coloca em foco o desejo.

Desde a origem da família, é possível observar que existiram regras, interdições e leis, como reporta Freud na criação do mito de *Totem e tabu* (1912-1913/2012). Lacan (1984/1990) aponta que essas formas primitivas de família já evidenciavam alguns traços essenciais do que se manifesta ainda hoje: autoridade, modo de parentesco, herança, sucessão.

Roudinesco (2003) defende a dupla universalidade da família, uma vez que sua existência se pauta em duas condições essenciais, uma natural e uma cultural. A natural diz respeito à existência de duas famílias: uma que forneça um homem e outra que forneça uma mulher, ou seja, uma concepção naturalista da diferença dos sexos. A visão cultural se refere à proibição do incesto, uma concepção mítica ligada à função simbólica. A proibição do incesto, na verdade, nada mais é do que a transposição do natural para o cultural. Essa passagem se evidencia em uma lógica que é construída socialmente para que as pessoas possam conviver em sociedade, seguindo regras, pelas quais possam se referendar.

Salienta-se a importância do grupo familiar por ser, depois da força do imaginário dos pais (que, como referimos anteriormente, antecipa o sujeito em seu discurso), fundamental para a inscrição simbólica do recém-nascido como homem ou mulher.

Hoyer (2010) resgata que a instituição familiar não é um elemento natural, mas uma restauração dos termos estruturais da horda primitiva, na qual cada indivíduo tem seu lugar particular. É também o lugar da primeira renúncia pulsional e de inscrição simbólica, em que o indivíduo é convocado a inserir-se simbolicamente na Cultura. Ele explica que o conceito de Nome-do-Pai, formulado por Lacan, é justamente o que institui o sujeito e a família. Sua função seria a de ligar o sujeito à estrutura familiar, garantindo-lhe uma posição própria nessa estrutura.

Outra função relevante da família é a regulação do gozo, importante para o processo institucional social. É justamente porque o Édipo regula e delimita o fluxo de energia libidinal e normatiza a obtenção de prazer que a família e a ordem familiar podem ter espaço para surgir, assim como a ordem cultural e as outras relações sociais (HOYER, 2010; KATZ, 2009).

Fazemos aqui equivaler o que foi dito sobre o Nome-do-Pai às instituições, pois elas encarnam a função do Pai Simbólico, aquele que detém a Lei, e passam a funcionar para o sujeito com os mesmos efeitos que o Nome-do-Pai advindo de um pai real poderia supor. Trazemos também a questão das instituições por ser comum a realidade de crianças que são cuidadas em abrigos, nos quais não há um pai e uma mãe para cada criança, mas existe a instituição com condições (ou não) de regular um desejo não anônimo capaz de constituí-la como sujeito, realizando as operações anteriormente citadas.

4.2 A construção social da família moderna

A família, atualmente, não é mais fruto exclusivo do casamento, o que permite o surgimento de diversos tipos de arranjos familiares. A família e suas novas combinações possibilitam o acesso à parentalidade e à filiação de variadas maneiras, a exemplo da inseminação artificial. Essa possibilidade não podia ser pensada à época de Freud, mas, hoje, motiva trabalhos como esse a discutirem de que maneira a constituição subjetiva de crianças advindas nesse contexto histórico-social é pensada.

Pratta e Santos (2007, p. 248-249) apontam como motivos para o surgimento desses novos arranjos os seguintes fatores históricos, em suas palavras:

Diversos fatores concorreram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero.

É sabido que essas novas formas de conjunções familiares geram estranhamento e, muitas vezes, aversão. Os posicionamentos contra e a favor de sua legalização produzem embates acirrados e, ainda hoje, algumas modalidades de concepção, a exemplo da reprodução assistida, não têm legislação que regule sua prática no Brasil (FONSECA, 2012).

O estranhamento gerado por essas novas configurações pode advir do fato de elas trazerem o diferente. Além disso, elas produzem um modo de circulação pulsional alternativo ao produzido pelo modelo tradicional de família. E é justamente pelo medo de que a forma tradicional de circulação pulsional perca a primazia que se combatem esses arranjos (CECCARELLI, 2007).

A família medieval, tal como retrata Ariès (1981), em sua obra *História social da criança e da família*, era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. O apego pela criança, que hoje é tido como natural, era muito mais em função do serviço que essa criança poderia prestar à estrutura familiar, da forma como ela podia servir para a sua manutenção, do que propriamente pelo amor que o filho despertava nos pais, uma vez que, nessa época, o enorme índice de mortalidade contribuía para que os pais não se apegassem tanto aos filhos. No século XV, com o advento da extensão da frequência escolar, essa realidade muda. Com o intuito de distanciar a educação das crianças do mundo dos adultos e de seus vícios, mantendo a infância como um período de inocência, passou-se a investir numa educação escolar moralizante. Isso permitia também que os pais possam acompanhar a educação dos filhos, ao invés de entregá-los para serem educados por outras famílias, aumentando a aproximação entre os pais e as crianças. Ariès (1981) cogita a possibilidade de a família moderna ter surgido justamente aí, concomitante com o surgimento da escola, estreitando os laços filiais tratados, atualmente, com tanta naturalidade, mas que nem sempre se mostraram de forma tão evidente.

Roudinesco (2003) apresenta a evolução da família como atravessada por três diferentes momentos, os quais evidenciam bem o lugar que o pai e os outros integrantes da família assumem. Na família “tradicional”, temos a preocupação com a transmissão de um patrimônio, logo, os casamentos são arranjados pelos pais, sem se importarem com a vida sexual e afetiva dos filhos, que muito precocemente são prometidos em casamento a uma outra família. O pai detém o direito divino e assume o lugar de patriarca da família. Num segundo momento, temos a família “moderna”, datada entre os séculos XVIII e XX, que se caracteriza por ser fundada no amor romântico, com um casamento que leva em conta a reciprocidade do amor e da sexualidade do par envolvido. A partir da segunda metade do século XX, temos a família “contemporânea” ou “pós-moderna”, na qual o que há é a união de duas pessoas que buscam relações íntimas e realização sexual. Aqui, há a mudança da transmissão de autoridade, por causa dos divórcios e das recomposições conjugais. A natureza do casamento muda e ele passa a ser um contrato consentido entre um homem e uma mulher,

deixando de ser um pacto entre famílias. Ele depende agora do amor e de sua duração. Com o aumento do número de separações, a relação mãe-filho passa a ser ainda mais valorizada.

O Complexo de Édipo foi teorizado por Freud à luz da reflexão de seu tempo. Freud era contemporâneo de uma sociedade em que o predomínio era de uma família burguesa do tipo nuclear heterossexual. Lacan já é contemporâneo de uma discussão mais atual, em que pensar somente esse padrão destoava de uma teoria condizente com o que sua clínica apresentava.

Roudinesco (2003) explica que o modelo edipiano considera a repressão e a exibição da sexualidade sem as opor, de tal forma que origina uma organização mais individual da família a partir da evolução das sociedades ocidentais do fim do século XIX até meados do século XX, considerando os seguintes fenômenos: revolução da afetividade, que leva em consideração o amor no casamento e o desabrochar da sexualidade feminina; a predominância do lugar dado ao filho com o propósito de “maternalizar” a célula familiar; e a contracepção espontânea, que desobriga o sexo da procriação.

Fonseca (2012) relata que mudanças no comportamento feminino, tais como uso de preservativos e maior liberdade sexual, já haviam sido observadas desde a Revolução Industrial, no século XVII. Após a Revolução Francesa, no final do século XVIII, há redução da taxa de natalidade, e o filho é visto como um investimento na transmissão do patrimônio da família, passando, então, a ser desejado e mesmo planejado. Com a dissociação do sexo da procriação, foi possível repensar o papel social da mulher, que se individualiza de sua função exclusiva de esposa e mãe. Com essas mudanças, é possível acompanhar, no século XX, a divisão da autoridade parental e o declínio da imago paterna.

Ceccarelli (2002) defende que, na verdade, a crise é do patriarcado, dessa forma de subjetivação com referência a esse pai. Trata-se, então, do declínio imaginário do poder paterno, uma vez que, com a revolução sexual dos anos 1970, a mulher tem conquistado um direito maior a exercer sua sexualidade de forma livre; e com as tecnologias de inseminação artificial tem dependido cada vez menos do homem, já que pode gerar um filho de forma independente e autônoma. Antes, a crise era pelo temor que a família ruísse, considerando que o patriarcado, tão representativo da organização familiar, estava entrando em declínio. Hoje, a crise está, talvez, referida a múltiplas formas de organizações familiares que se diferem do padrão patriarcal e geram no imaginário popular uma série de inquietações e incertezas acerca da estruturação psíquica de crianças advindas nesse contexto.

A crise do patriarcado gerou também outras crises, como a da autoridade. Hoje, os pais estão em um processo de desautorizar-se e transpor a responsabilidade da educação dos

filhos para terceiros, numa busca por especialistas que se responsabilizem por setores da educação dos filhos. Daí termos, hoje, professores particulares, psicólogos, neurologistas e outros médicos especialistas em áreas da infância que nomeiam e diagnosticam o comportamento dos filhos, numa tentativa de “cobrir” a criança de cuidados e de saberes que vêm de fora. Os pais não querem ser vistos como os vilões, os “traumatizadores”, os responsáveis por adolescentes rebeldes e adultos neuróticos. Eles tentam de diversas formas proporcionar uma infância com o mínimo de privações aos seus filhos para que eles não se rebellem. É a busca pelas certezas prometidas pelas ciências. Em síntese, é preciso não arriscar na educação dos filhos, e os pais, de um modo geral, não se sentem mais autorizados a se responsabilizarem por possíveis danos que eles possam causar.

Diante desse cenário, faz-se necessário que pensemos qual o papel exercido pela família, independentemente de sua conformação, na estruturação psíquica de seus descendentes.

4.3 O exercício da função paterna na contemporaneidade

A família é, segundo Poster (1979), o lugar onde se forma a estrutura psíquica e a instituição com função de socialização. É também onde se confrontam as gerações e se apresentam as diferenças sexuais. As famílias, embora se estruturam particularmente, ou seja, tenham seu próprio padrão psicológico, dizem respeito a uma estrutura social maior, à qual respondem.

Retomamos agora a ideia de Lacan (1984/1990) da família como reguladora de uma função estruturante do sujeito. Como dito, a partir do conceito de Nome-do-Pai é possível refletirmos sobre esses novos arranjos familiares e entendermos melhor de que forma a psicanálise pensa a constituição subjetiva. É importante, mais uma vez, frisarmos que a metáfora do Nome-do-Pai pensada por Lacan não está necessariamente ligada à figura do pai biológico da criança e nem essa metáfora precisa estar associada ao gênero.

Como explicado no capítulo anterior, para ascender a sujeito, é preciso que a criança se constitua a partir de seus próprios significantes. Isso se dá quando a Lei, através do Nome-do-Pai, é introduzida no Outro, fazendo então com que o bebê, antes alienado aos significantes da mãe, possa assumir seus próprios significantes e elevar-se à condição de sujeito. Essa lei, como Quinet (2012) bem nos esclarece, não precisa ser necessariamente sustentada pelo genitor, basta que seja um significante capaz, simultaneamente, de barrar o gozo da mãe, no sentido de proibi-la de usar a criança como seu objeto e de mostrar, para a

criança, que a mãe se submete a uma lei maior que a dela própria, ou seja, que ela é um ser incompleto, faltoso. O resultado disso é a inclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro e o acesso à significação fálica, o que vai permitir que a criança se situe como homem ou mulher. O importante para a constituição subjetiva é que algo organize e separe a célula narcísica mãe-filho. Usando as palavras de Fonseca (2012, p. 61):

É através da articulação entre desejo e lei que a criança se insere no laço social, pois o Nome-do-Pai, através da figura do pai – portador do nome e da autoridade – impõe limite ao gozo absoluto. A lei do pai submete a criança à castração na medida em que se coloca obstáculo à sua satisfação sem limites, ao seu prazer absoluto. Na Psicanálise, o pai transcende uma figura real; é uma função, que opera uma lei estruturante e organizadora.

Colocar o filho no mundo não faz dos genitores pais, é preciso que o nascimento se transforme em filiação para que a criança, inserida nessa organização simbólica, possa se constituir como sujeito (CECCARELLI, 2007). Dentro dessa lógica, acompanhando as proposições de Freud e de Lacan, questionamos o que é um pai e uma mãe. Retomamos essa discussão para que fique claro de que forma entendemos a teoria lacaniana sobre funções paterna e materna, apresentada no capítulo anterior³. Sobre o pai, Lacan (1957-1958/1999, p. 180) reflete da seguinte maneira:

Que é o pai? Não digo na família, porque, na família, ele é tudo o que quiser, é uma sombra, é um banqueiro, é tudo o que tem de ser, ele o é ou não é, o que às vezes tem toda a sua importância, mas também pode não ter nenhuma. A questão toda é saber o que ele é no complexo de Édipo.

O autor se pergunta ainda se, na inexistência do pai, o Édipo constitui-se normalmente. O próprio responde que sim, justificando que, mesmo na ausência do pai, é possível que um pai esteja presente.

Dor (2011), em suas formulações, questiona a necessidade da presença de um homem para que exista um pai. Para pensar a questão, é preciso que se associe a função paterna a uma identificação à função fálica. Lacan (1957-1958/1999, p. 173) esclarece:

Mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais – normais nos dois sentidos: normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que

³É importante que entendamos que o estudo aqui desenvolvido trabalha com as referências dos Seminários 4 e 5, quando Lacan propõe a metáfora do Nome-do-Pai. Por isso, achamos por bem manter os termos “pai” e “mãe” e ir explicando ao longo do trabalho que, quando nos referimos a eles, estamos enfatizando o aspecto da função.

desnormalizam, isto é, por seu efeito neurotizante, por exemplo - se estabelecem de maneira exatamente homóloga à dos outros casos.

O autor alerta ainda que é preciso não se confundir o pai como normativo e o pai como normal. Falar de sua carência na família não é o mesmo que falar de sua ausência no complexo. Costa (2010, p. 53, grifo do autor) entende que “Para a psicanálise, o pai é uma entidade simbólica que ordena uma função, possibilitando ao sujeito assumir sua posição sexual. Em outras palavras, devemos distinguir o ‘papel social’ do pai da função simbólica da qual os pais são os representantes.”. Estendemos os ensinamentos lacanianos à função materna, mesmo considerando os aspectos singulares de cada uma das funções.

Tentando justificar que a questão não é existir um pai real, Dor (2011) explica que a virtude simbólica da função paterna se estrutura mesmo na ausência desse pai real. É função do Pai simbólico promover a estruturação subjetiva. Essa função se mantém operante por seu caráter ser estruturante, seguir um conjunto de leis internas, que independem do pai real para se realizar.

Porque a dimensão do Pai simbólico transcende a contingência do homem real, *não é pois necessário que haja um homem para que haja um pai*. Seu estatuto sendo o de puro referente, o papel simbólico do pai é sustentado, antes de mais nada, pela atribuição imaginária do objeto fálico. Nessas condições, basta que um terceiro, mediador do desejo da mãe e do filho, dê argumentos a esta função para que seja significada sua incidência legalizadora e estruturante. Ora, dar argumentos a esta função não implica absolutamente, em última instância, a existência *hic et nunc* de um Pai real. (DOR, 2011, p. 17, grifo do autor).

O importante é que quem assuma esse lugar de pai seja suposto ter o atributo fálico para poder assumir essa função. Então, a contingência do pai real é em muito transcendida pela dimensão simbólica sustentada pela atribuição do objeto imaginário fálico e pode, enfim, interditar o incesto por referência à sua lei.

O estatuto de Pai é um puro referente cuja função simbólica é sustentada pela atribuição do objeto imaginário fálico. Todo terceiro que responder a esta função mediatizando os desejos respectivos da mãe e do filho vai instituir, por sua incidência, o alcance legalizador da interdição do incesto. (DOR, 2011, p. 39).

Lacan (1957-1958/1999), como dito anteriormente, defende que a questão é que a mãe não faça do filho o único objeto de seu desejo, de tal maneira que, dessa forma, ela mesma possa exercer a função de pai real. Com o que concorda Nasio (2007), quando diz que o importante é que a mãe deseje alguém ou outra coisa além do filho e não se ela vive sozinha. É quando ela deseja um terceiro que o Édipo é possível. Essa ideia se atribui também

a quem exerce a função paterna, pois sua ocorrência, igualmente, implicará sérias consequências para a constituição subjetiva da criança.

Logo, considerando que a divisão de papéis homem-mulher é sócio-histórica, não é nos registros social nem no anatômico que devemos buscar as equivalências das funções paterna e materna.

A função paterna é exercida ao se fazer esse corte entre a criança e aquele(a) que desempenha a função materna. Destaca-se que, na travessia do próprio Édipo (daquele que desempenha a função), a resposta à Lei da castração é o aspecto decisivo. Contudo, defende Kamers (2006), essa função não pode ser executada de forma anônima, pois ela se trata de uma função de nomeação, logo, alguém precisa comparecer, mas esse alguém não é qualquer um. Precisa ser alguém cuja palavra é valorizada por quem exerce a função materna. A criança herdará, com seu nome, um legado familiar que constituirá uma parte do que ela é, ou seja, a criança se historiciza através do nome que carrega, por isso, essa transmissão não pode implicar um anonimato. Por se tratarem de funções simbólicas, portanto inscritas na cultura, as funções parentais precisam de um outro que as personifique, de forma a possibilitar a introdução da criança no campo da palavra e da linguagem.

Roudinesco (2003) diz que o pai não se faz pai pela procriação, mas pela fala, e que é a sua palavra que delinea a lei e separa o laço carnal que une o bebê ao corpo da mãe. Fala ainda que, com o advento das novas tecnologias, tais como a inseminação artificial e os testes de DNA, o pai passou a ser identificado em dois polos, o de produtor de sêmen e o de inspirador de uma função nomeadora do outro. É desse segundo polo que estamos tratando.

Agora, podemos, enfim, discutir de que forma algumas concepções vigentes em relação à constituição subjetiva de crianças advindas desses novos arranjos familiares se apresentam como equivocadas e não passam de preconceito. Hoje, ainda se tenta sustentar um ideal de família monogâmica, heterossexual, sob alegação de que é necessário um homem e uma mulher para que uma criança cresça de forma saudável, atravesse o Édipo de forma satisfatória e cresça como um ser sexuado “normal”, apresentado devidamente à diferença dos sexos, de forma que possa simbolizá-la corretamente. Tentamos mostrar até aqui que, mesmo com essas especificações sendo atendidas, não há garantias de que a criança optará sexualmente por alguém do sexo oposto, de que isso garantirá que ela consiga atravessar o Édipo de forma satisfatória ou de que ela se constitua como sujeito.

Argumentamos, seguindo o pensamento de Ceccarelli (2002; 2007), que a lógica para a constituição subjetiva de uma criança não se sustenta na dita normatividade supostamente oferecida no modelo de família tradicional. Não há prova cabal da relação entre

heterossexualidade, parentalidade e transmissão simbólica. O sujeito se constitui em referência a um lugar simbólico conferido pelo Outro e atestado em seu discurso. A parentalidade depende de um lugar da criança na estrutura fantasmática dos pais e esta estrutura pode ser produtora de sintoma clínico e/ou estrutural. A prática clínica ilustra inúmeros casos em que o problema apresentado pela criança em seu desenvolvimento corresponde ao sintomático no fantasma parental. No livro *A primeira entrevista em psicanálise*, a psicanalista Maud Mannoni (2004) ilustra casos de sofrimento psíquico na infância a partir dessas famílias ditas “normais”. Como nos diz Ceccarelli (2007, p. 97, grifo do autor): “[...] o sexo de quem se ocupa das crianças não traz, *a priori*, nenhuma garantia; a heterossexualidade como produtora de ‘normalidade’ é a idealização de uma posição libidinal.”.

Logo, entendemos que não existe uma forma ideal que vá garantir, inequivocamente, uma constituição subjetiva para a criança. É preciso sempre que ocorra um processo de adoção por parte dos pais, ou seja, os genitores precisam assumir seus rebentos num processo de filiação, inserindo-os em uma família através de laços afetivos, numa lógica de nomeação simbólica da criança. Essa adoção está para além da lei jurídica e de Estado e das figuras de gênero, ela diz respeito a um investimento afetivo que extrapola os laços sanguíneos e permite que o desejo se associe às funções de pai ou de mãe. É imprevisível a forma como uma criança irá se estruturar psiquicamente. Temer que os filhos frutos de conformações familiares diferentes da dita padrão, mãe/mulher-pai/homem-filhos, estaria mais relacionado com o preconceito disseminado culturalmente do que, propriamente, com a realidade.

Tentamos mostrar aqui que, nesses novos arranjos, é possível pensar uma lógica de estruturação para crianças e suas relações com a parentalidade. São vários os fatores que contribuem para o estabelecimento de impasses na constituição do sujeito, mas eles não dizem respeito, necessariamente, à forma como a família é organizada em função dos gêneros, e sim como cada sujeito assume o papel que lhe é determinado dentro dessa estrutura familiar.

Usando as palavras de Cecarelli (2002, p. 96, grifo do autor):

[...] o lugar do pai e da mãe não tem que ser necessariamente ocupado por um homem e uma mulher. O que chamamos de “função paterna” e “função materna” não necessita da presença de um homem e de uma mulher. A realidade anatômica de quem cria a criança não é um elemento fundamental para a construção da subjetividade desta última. Essa construção está muito mais subordinada à organização psíquica daqueles que cuidam da criança, de como eles se colocam em relação à sua própria sexualidade, à fantasia que têm de ser pai e/ou mãe e, talvez

sobretudo, ao lugar que a criança, adotiva ou não, ocupa no universo psíquico dos pais.

O que pode vir a ser uma ameaça para a constituição subjetiva dessas crianças não é, necessariamente, o sexo biológico dos pais, nem se elas vivem em uma família monoparental, se seus pais são divorciados ou se elas são adotadas, mas a implicação do desejo (ou sua ausência) dos pais - sejam eles hetero ou homossexuais.

5 ILUSTRAÇÃO DE UMA CONFORMAÇÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA: A ADOÇÃO POR UM CASAL HOMOPARENTAL⁴

Levando-se em conta as limitações temporais que uma monografia impõe ao estudante, não foi possível fazer uma pesquisa de campo. A partir de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se um trabalho que pudesse ilustrar essa monografia, tentando perceber elementos que dialogassem com os tipos de arranjos modernos em relação à família padrão heterossexual monogâmica.

Encontramos, então, um estudo de caso sobre o processo de adoção e adaptação de uma família composta por um casal homossexual e dois irmãos de sangue adotados em uma instituição de acolhimento. O caso retratado foi fruto de tese de doutoramento⁵ de Maurício Ribeiro de Almeida, em 2012, considerando-se que o mesmo se adequa bem aos propósitos aqui definidos.

Segundo o pesquisador, a análise dos dados colhidos nas entrevistas foi feita pela leitura e releitura do material, visando observar aspectos psíquicos emergentes e o consequente aprofundamento de seus conteúdos, tal como a história de vida dos pais adotivos, objetivando perceber aspectos de suas próprias relações familiares.

Almeida (2012) justifica sua pesquisa por considerar que, em levantamento bibliográfico na literatura nacional, não se encontram dados mais específicos referentes à constituição de vínculos afetivos na adoção e as decorrências dos processos subjetivos que se apresentam na relação entre a criança e um casal formado por pessoas do mesmo sexo. Cita trabalhos como o de Patterson (1997) e o de Naudaud (2002), que constataram que não há diferenças significativas no comportamento de crianças criadas em lares compostos por gays e lésbicas e as criadas em famílias tradicionais quanto aos seguintes aspectos: identidade sexual, desenvolvimento pessoal, relações pessoais e risco de abuso sexual.

A família entrevistada é formada por dois homens, Mathias, trinta e nove anos, que mantém financeiramente a família, e Etienne, trinta e três anos, cuja dedicação exclusiva é com os afazeres domésticos e com o cuidado das crianças. O casal vivia em união estável há

⁴ Todas as informações contidas no caso relatado foram acessadas no texto de Almeida. Recomendamos que, para maior aprofundamento do caso, recorram à tese do autor, cuja referência bibliográfica se encontra ao final deste trabalho.

⁵ Segundo o autor, a referida pesquisa foi realizada em quatro etapas (duas individuais e duas em conjunto), a fim de fazer um levantamento acerca da história de vida dos sujeitos e de sua relação afetiva, tendo sido gravadas as entrevistas com fins de análise posterior. As entrevistas duravam em torno de uma hora e trinta minutos. A avaliação feita pelo pesquisador se deu um ano após a adoção das crianças pelo casal.

mais de dez anos e tinha intenções de ter filhos. Sobre esse desejo, o autor destaca as seguintes falas dos entrevistados:

Eu sempre tive o desejo de ser pai, porque eu acho que isso é comum no homem, na mulher... a mulher ser mãe, o homem pai, não importa a sexualidade.

Etienne

Olha, no início eu não tinha muito a intenção, eu nem pensava muito em ter filho. Quem começou essa história foi mais o Etienne, de uns anos pra cá. Ah [refere-se ao companheiro], porque eu queria muito ter um filho, eu ter uma família, né, criar ter uma família nossa, criar, ter uma família nossa tal, né, uma criança, ai, eu fui ouvindo, fui ouvindo, eu comecei a pensar com mais carinho.

Ele queria ser pai, queria uma criança. Eu acho assim, como ele queria... ter um filho... é... eu pensei assim, bom, algo que pode realizar pros dois, poderia se transformar em uma coisa boa.

Mathias

(ALMEIDA, 2012, p. 140).

Em 2009, o casal se cadastrou em uma Comarca do interior do estado de São Paulo, com o intuito de construir uma família, visando a adoção de crianças, sendo avaliados pelo Serviço Social como tendo condições socioeconômicas suficientes para atender às suas necessidades básicas. Após oito meses de entrada no processo, a família foi contemplada com a guarda de dois irmãos biológicos. As crianças adotadas foram um menino de quatro anos, Marcel, e outro de dois, Nicolas, que estavam vivendo em uma instituição de acolhimento há um ano e cinco meses por conta do uso de substâncias psicoativas pela mãe biológica e pelas dificuldades socioeconômicas da mesma. O autor faz questão de destacar que outros casais, todos heterossexuais, haviam sido chamados para cuidarem dessas crianças, mas acabaram desistindo depois de alguns contatos. Após três encontros com as crianças, na própria instituição de acolhimento, o casal resolveu adotá-las.

Os meninos vêm de uma família composta por cinco filhos. Pela dificuldade de encontrar um núcleo familiar que acolhesse todos eles, somente Marcel e Nicolas permaneceram juntos.

Mathias, diferentemente de Etienne, relata problemas de relacionamento com sua própria família de origem. Apesar disso, ambos valorizam a instituição familiar. Reproduzimos aqui as falas onde ambos evidenciam isso:

...Olha, a família tem que tá sempre unida, é importante. Desunida ninguém chega a lugar nenhum. A gente precisa da família, ninguém consegue construir nada sem a família...

Às vezes a gente tem que se separar de alguns, nem sempre você consegue ter aquele relacionamento porque não depende de você, de repente um irmão tem problema com um irmão tem que se afastar, porque não se cria, vira guerra, que é o caso que eu vejo com o Mathias [refere-se ao distanciamento do companheiro do grupo de origem – irmãs e familiares delas].

Etienne

... Eu sou assim, uma pessoa muito familiar, sempre fui. Eu acho que família é você estar inteirado com seus parentes, você ter um bom relacionamento com eles, você frequentar a casa deles, eles frequentar a sua, você ter um convívio com eles... pra mim família é isso, você está sempre em contato, sempre em convívio.

Mathias

(ALMEIDA, 2012, p. 125).

Etienne relata uma infância feliz, atravessada sem grandes dificuldades. Já Mathias refere-se a dificuldades na família de origem, tais como questões socioeconômicas e problemas de relacionamento com os pais e as irmãs. Além disso, Mathias teve que começar a trabalhar cedo para manter os familiares, pois os genitores não trabalhavam. Sua avó paterna é quem era um referencial em sua vida, tendo ajudado Mathias com subsistência e estudos. Seus pais bebiam e acabavam apresentando comportamento agressivo; considera que seu tio foi o responsável pelos seus referenciais positivos no âmbito do trabalho, ensinando-lhe sobre construção civil.

Como ressalta o autor, esse resgate da história de vida dos adotantes é importante para a melhor compreensão do que pode entrar em jogo no fantasma parental, nas suas palavras:

[...] não em uma equação linear, como seres isolados, mas entrelaçados em uma cadeia de vínculos e afetos que se inscrevem em suas genealogias. Tal resgate auxilia, ainda, a observar a transmissão psíquica no processo de adoção e exercício da parentalidade. A família, tida como um grupo intersubjetivo, cumpre funções estruturadoras na psique e na posição subjetiva de seus membros. (ALMEIDA, 2012, p. 126).

O autor relata ainda que Mathias, justamente por conta de suas dificuldades com a família de origem, pretende, na família que ele decidiu construir, reparar algumas dessas experiências ruins. Já Etienne pretende apenas dar continuidade à boa convivência que teve com seus familiares. Percebemos, com esse exemplo, a família como esse espaço de construção de fantasias de reparação ou seguimento de experiências vividas na própria família de origem.

Os pais relatam que, quando do início da convivência com as crianças, a menor, Nicolas, apresentava comportamento autoagressivo, irritadiço e hostil, mas foi descartada a possibilidade de distúrbio psiquiátrico, sendo mais uma reação frente às mudanças pelas quais

passava a criança. Os meninos, quando da chegada na casa nova, evidenciavam comportamento exploratório, abrindo as portas dos armários, o que foi permitido pelos pais, a fim de que satisfizessem sua curiosidade. Com o tempo, o comportamento das crianças melhorou, embora algumas características de agressividade ainda tenham se mantido.

O autor reporta que, apesar desses contratemplos, nesse arranjo específico, a prática de parentalidade ocorreu sem grandes problemas, uma vez que a família se organizou de forma a atender às necessidades das crianças. Aos poucos, elas foram captando a composição original do grupo familiar e puderam, então, questionar o seu arranjo, à medida que se ampliava seu campo perceptivo, por exemplo, questionavam pela namorada de um dos pais. Os pais explicaram que eles eram parceiros e que essa condição se relacionava com a escolha pela adoção. Perguntam também de qual barriga nasceram, do pai Mathias ou do pai Etienne, evidenciando a curiosidade infantil sobre a origem dos bebês, sobre a qual Freud teorizara.

Inicialmente, as crianças chamavam os pais de “tios”, só mudando o vocativo para “pais”, após algumas semanas de convivência com eles. Etienne explica como foi esse processo:

Tinha dia que eles chamavam de pai, no outro dia eles chamavam de tio, eles esqueciam. Nós explicamos, sempre falava, agora vocês têm dois pai, pai Etienne, o pai Mathias. A gente foi explicando, explicando, até eles pegarem. (ALMEIDA, 2012, p. 156).

Os próprios pais precisaram de tempo para realizar a filiação, podendo a adoção ser ou não concretizada, o que está posto para qualquer família que adote.

Sobre a revelação de sua homossexualidade para a família de origem, no caso de Etienne (cujo primeiro companheiro foi Mathias) gerou mudanças repentinas em sua vida. A família via como vergonhoso e impróprio seu comportamento. Para Mathias também surgiram problemas, ligados à redefinição de seu papel dentro de sua estrutura familiar. Sempre tido como o provedor, ele agora precisava pensar também em Etienne, o que foi tido como uma ameaça à família de origem pela possibilidade de perda do provedor. Depois de anos, a família de Mathias continuaria não aceitando seu relacionamento homoafetivo. Já a família de Etienne, com o tempo, acabou por aceitá-lo, chegando mesmo a iniciar-se uma amizade entre Mathias e seu sogro.

O autor reflete que a homossexualidade muitas vezes se revela como uma ruptura com a genealogia familiar entre os participantes e a família de origem. Isso pode ser visto também na família em questão e observado nas seguintes falas de Etienne:

Olha Etienne [diz uma das tias maternas], vamos com o tempo, a gente vai conversando com seu pai. Ai veio também as irmãs do meu pai, que entram na história e falavam... começaram a ajudar e a dizer: *ele é seu filho, você não pode agir dessa maneira, tanta gente vai tacar pedra lá fora, vocês vão tacar pedra dentro da família? Vamos tentar, tem tanta gente aí [com companheiro homoerótico/homoafetivo], tem que aceitar numa boa.* Ai meu pai foi melhorando isso. (ALMEIDA, 2012, p. 133).

Esse caso ilustra ainda de que forma a participação do grupo familiar dos pais interfere na relação que as crianças podem manter com as figuras femininas e masculinas e, a partir disso, podem estabelecer suas identificações sexuais, o que é comum também nas famílias heterossexuais, em que os familiares colaboram e participam dessa identificação para as crianças. O autor explica que esses outros externos ao núcleo familiar incluem outros casais alheios à família, como os pais dos coleguinhas, os vizinhos, os professores, os empregados, etc., formando assim uma importante malha identificatória.

Muitas vezes, cria-se a ideia de que esses modelos contemporâneos, tidos por muitos como revolucionários, vêm para desestruturar uma ordem reinante e impor uma nova lógica social. O autor vem mostrar com sua pesquisa que, pelo menos no que se refere ao caso avaliado, não há uma preocupação com a modificação dessa ordem vigente, pelo contrário, os pais se importam em inserir os filhos em uma lógica moral e religiosa à qual eles mesmos foram submetidos. O medo de que os filhos possam tornar-se homossexuais, ideia que surge no imaginário dos referidos pais e que eles externam durante as entrevistas, contribui para a manutenção dos modelos convencionalmente disponibilizados pelos arranjos tradicionais de família. Essa ideia, defende o autor, faz cair por terra o argumento defendido por muitos de que esses arranjos formados por famílias de modelo homoafetivo representariam a falência da instituição familiar tradicional. Isso se evidencia no casal retratado pelo posicionamento de um dos pares que diz que proibirá a criança de usar brincos ou de fazer tatuagens até que adquira idade legal para ser responsável por si. Já o outro pai acredita que o diálogo é a melhor solução e é contra a proibição. O autor afirma que esse arranjo denota inovação em sua estrutura, mas manutenção dos valores tradicionais, pelo menos em um dos pais. A exemplo do que os pais afirmam sobre a orientação sexual dos filhos temos:

Eu queria filhos hétero! [ênfase] mas se for homo, o que eu posso fazer, ou bi, né? O que eu posso fazer, vou ter que aceitar, como eu fui aceito... Eu acho que todos os pais querem filhos héteros...

Etienne

É... a gente espera que seja hétero. Mas se não for, o que, que vai fazer, se não for, vai ter que aceitar... Ainda ontem falei pro Marcel. Eu falei pro Marcel, eu brinquei... Eu perguntei, porque você anda tanto atrás daquele menininho na escola, só fica atrás daquele menininho...

Mathias

(ALMEIDA, 2012, p. 184).

De tudo isso, evidencia-se a ideia de que, assim como os casais heterossexuais, também os casais homossexuais divergem em seu modo de educar os filhos, o que exigirá por parte deles mediação nas divergências de forma consensual. Isso não necessariamente implica prejuízo para a formação das crianças. Os pais também demonstram preferência por uma orientação sexual heteronormativa para os filhos e isso pode evidenciar a preocupação com que os filhos não sofram as opressões que eles mesmos, os pais, sofreram pelo modo como exerceram sua sexualidade. Isso serve para ilustrar de que maneira o imaginário dos pais é permeado por suas próprias vivências e isso é transmitido para os filhos, de tal forma que mesmo a educação e a orientação dessas crianças estão relacionadas com o modo como os próprios pais atravessaram períodos de descoberta da sexualidade e de suas identificações. Contudo, discute o autor, isso pode ser entendido também como medo de serem culpabilizados por um possível comportamento homossexual por parte dos filhos. Essas questões estão referidas ao que Freud (1914/2004) propôs sobre o narcisismo dos pais, explorado por nós no primeiro capítulo deste trabalho.

A preocupação com a educação e a orientação dos filhos é comum a todo tipo de conformação familiar, não sendo exclusividade dos casais heterossexuais ou dos casais formados por dois genitores. Isso pode ser visto também no desejo de um pai do casal retratado de que os filhos não estudem no mesmo curso de saúde no qual ele se formou, projetando no filho o sonho de ser médico. Podemos ver com isso o que referimos em capítulos anteriores sobre o filho idealizado existir antes mesmo de se fazer sujeito. Os pais criam expectativas em relação aos filhos, anseios, e querem poupá-los de eventuais situações por que passaram ao longo de suas próprias vidas. Isso pode atravessar o imaginário de todos os arranjos familiares já que está referido ao desejo de continuidade ou de reparação dos ideais parentais não realizados. Nesse processo, a transmissão psíquica (inter e transgeracional) e a manutenção do mito familiar parecem questões decisivas.

Outro exemplo de problemática que surge a partir da adoção ou da chegada de uma criança na realidade de um casal discutida pelo autor é a ativação de conflitos que só surgem com a existência de um terceiro infantil e pode por em risco a manutenção do casal. No caso em questão, o autor exemplifica com as condições emocionais instáveis das crianças, que acabavam por atacar os vínculos, com o risco de devolução das crianças. Adverte, contudo, que esse tipo de acontecimento é comum também em casais heterossexuais, não sendo exclusivo de casais homossexuais. Além disso, exemplifica que, com a chegada das crianças, o casal para de visitar os familiares, o que gera incômodo e conflitos por parte de ambos os pais, o que é evidente nas seguintes falas:

Eu não converso com o Mathias [sobre terem interrompido as visitas aos familiares de Etienne após a chegada das crianças]... Eu não conversei não, eu deixo que o tempo ele vai falar, mas agora... que parta dele, não vai partir mais de mim, eu não quero, de repente fala assim eu fui porque você queria, eu não quero forçar a barra...
Etienne

Não vou para não arrumar confusão dentro de casa [visitar seus próprios familiares, uma vez que o companheiro não aprova]. Ó cabeça do Etienne, não tem jeito a cabeça dele é muito trancada. Você fica entre a cruz e a espada.

Você já imaginou, então... é um inferno, é um inferno astral isso daí... Se fala... enfrento ele, falo que vou [visitar minhas irmãs], então vira um inferno dentro da minha casa. Ai agrado do lado de lá e começa a virar um inferno a minha casa...
Mathias

(ALMEIDA, 2012, p. 139-140).

Esse breve relato de adoção por um casal homossexual, embora limitado, visa mostrar que as dificuldades advindas da realidade de uma família constituída por um casal homossexual e dois filhos adotivos podem ser comuns a diversas formas de arranjos familiares, a saber: as mudanças decorrentes da chegada de filhos à realidade de um casal, as projeções que os pais acabam fazendo nos filhos de planos não realizados por eles, ou a tentativa de que os filhos sejam preservados de terem que lidar com situações pelas quais os pais passaram e que geraram sofrimentos são exemplos dessas dificuldades.

Almeida (2012) reflete com Lacan que, mesmo numa conjugação familiar homoafetiva, é possível encontrar os elementos fundantes da constituição psíquica a contento para a criança, desde que essa relação envolva um terceiro, que não necessariamente precisa ser do sexo oposto, mas que exerça a função de interdição do outro parental junto à criança. O importante na trama edípica de uma família com essa conformação é disponibilizar condições para que a criança construa alteridade no meio familiar, além da capacidade do adulto de renunciar ao gozo erótico narcísico sobre a criança, o que independe dessa configuração

familiar ser do tipo homo ou heterossexual. No desenvolvimento infantil, é comum que a criança demande exclusividade na relação com um dos pais, sendo necessário um trabalho de castração junto ao filho e também junto a esse outro com ele identificado, de forma a conter esses impulsos que se apresentam no desenvolvimento infantil.

No caso em questão, o autor traz as falas dos pais que mostram um apego de uma das crianças, Marcel, a um dos pais, Etienne, chegando mesmo a desejar a morte do outro pai, Mathias:

Ele [Marcel] não gostava do Mathias, que achava o Mathias feio, ao contrário comigo, que eu era muito bonito, eu era lindo, eu era o pai que ele queria,... que eu era tudo o que ele queria, mas o Mathias não, o Mathias era feio... Um dia ele chegou pra falar assim... mata... mata [o Mathias].. Porque era eu e ele, [a criança] não podia existir mais ninguém, ninguém, ninguém...

Etienne

É que eu tinha que morrer... E ele [Marcel] tinha que ficar só com ele [Etienne]... umas coisa meia... Meio assim, negro assim... Sei lá na cabecinha dele o que se passou... Mas depois acostumou com os dois, né...

Mathias

(ALMEIDA, 2012, p. 164-165).

Estaríamos diante da travessia do Édipo em uma constelação familiar composta por um par homossexual masculino?

Por fim, Almeida (2012) citando Houzel (2004), discute que o importante num processo de adoção não é a orientação sexual dos pais, mas seu desejo de filho, ou seja “[...] as influências inconscientes que motivam o desejo de ter filhos. [...] a fantasmática associada ao desejo de filho levará pais e mães a exercerem a prática da parentalidade.” (ALMEIDA, 2012, p. 146).

Com esse caso, pensamos estar ilustrando que, mesmo em conformações familiares consideradas atípicas, é possível pensar o Édipo e a constituição subjetiva. Graças a esse casal, as crianças puderam enfim conhecer um lar e sentir o amor de duas pessoas que os acolheram como filhos. Apesar de todas as adversidades e das dificuldades de adaptação de ambas as partes, no fim, o que resta é o desejo não-anônimo de parentalidade, uma vez que as coordenadas para pensar as operações de constituição do sujeito e o Édipo estão presentes no caso.

6 CONCLUSÃO

Freud inicia os estudos sobre a sexualidade infantil a partir da centralidade assumida pelos conceitos de fantasia e realidade psíquica. O romance familiar da criança funda o campo da ambivalência, inserindo-a no pacto com a cultura. À época de Freud, final do século XIX e início do século XX, a família que se apresentava ao psicanalista era a família clássica monogâmica, heterossexual, nuclear: mãe/mulher-pai/homem-filhos. Esse era o modelo de família que recorria à sua clínica e de onde surgiam os conflitos psíquicos trazidos por suas históricas.

Já na clínica de Lacan, mais contemporânea e mais próxima da realidade que se observa hoje, os arranjos familiares foram se diferenciando dos conhecidos por Freud, de tal forma que, a partir da indagação feita à psicanálise sobre como fica a questão da subjetividade humana nessas novas conformações familiares, Lacan desenvolve importantes estudos sobre a família. À sua época, e ainda hoje, teme-se que esses novos arranjos se oponham às possibilidades de subjetivação. No imaginário da cultura, uma criança criada por um casal homoparental, por exemplo, não seria devidamente apresentada à diferença sexual, não se inserindo, portanto, na ordem simbólica.

Seguindo o pensamento de Ceccarelli (2002; 2007) propõe-se um descolamento das ideias de normalidade e de modelo tradicional de família. A parentalidade tem a ver com o lugar da criança na estrutura fantasmática dos pais; mesmo que seja um homem e uma mulher, não há garantias de desejo implicado nessa filiação.

Alguns elementos são necessários para a estruturação subjetiva, tais como os defendidos por Jerusalinsky (2008): suposição de sujeito, estabelecimento da demanda, alternância presença/ausência e função paterna. Atendidos esses eixos básicos, acreditamos que seja possível se pensar a lógica da estruturação subjetiva, não importando em que arranjo familiar isso se apresente. O fundamental não é a forma como a família é organizada em função dos gêneros, e sim como cada sujeito assume o papel que lhe é determinado dentro dessa estrutura familiar.

Trouxemos um caso de adoção por casal homoparental para mostrar que dentro desse tipo de conformação familiar é possível encontrar tanto os elementos fundantes da constituição psíquica a contento para a criança quanto os elementos que se fazem problemáticos, esses últimos em relação ao que poderia se apresentar como impasses em uma família dita tradicional. Na presença de um terceiro que exerça a função de interdição do

outro parental junto ao bebê, são disponibilizadas as condições para que a criança construa alteridade no meio familiar.

Em outras palavras, entendemos que em conformações familiares atípicas é possível pensar modos de travessias edípicas se respeitadas as condições necessárias para as operações de constituição do sujeito sustentadas pelo desejo não-anônimo de parentalidade.

Por fim, ressaltamos a importância desse trabalho para a formação pessoal do autor, levando em conta seu interesse pela psicanálise e pelas discussões acerca das novas configurações familiares. Sabemos que parte da discussão teórica empreendida no tópico relativo às considerações freudianas não constituem, em sua totalidade, os argumentos fundamentais para a discussão principal do referido trabalho; todavia, empreendê-la foi de importância imprescindível na construção do percurso teórico do autor. Não fossem as limitações impostas pela graduação e sua grade curricular, gostaríamos de empreender um estudo mais aprofundado, quem sabe mesmo uma pesquisa de campo que permita o contato clínico do autor com a realidade de famílias contemporâneas retratadas no trabalho, podendo investigar na prática os aspectos aqui teorizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo**: um estudo de caso. 2012. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- CECCARELLI, P. R. Configurações Edípicas da Contemporaneidade: Reflexões sobre as Novas Formas de Filiação. **Pulsional**: Revista de Psicanálise, v. 161, n. 15, p.88-98, set. 2002.
- CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 40 (72), 89-72, jun. 2007.
- COSTA, T. **Édipo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. (Psicanálise Passo-a-Passo; 89).
- DOR, J. **O Pai e sua Função em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FONSECA, P. C. S. M. **A psicanálise frente às novas formas de filiação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FREUD, S. [Carta de 15 de outubro de 1897]. *In*: MASSON, J. M. (ed.). **A Correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess: 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986a. p. 274-276.
- FREUD, S. [Carta de 31 de outubro de 1897]. *In*: MASSON, J. M. (ed.). **A Correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess: 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986b. p. 276-277.
- FREUD, S. “Batem numa criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. (1919). *In*: FREUD, S. **Obras Completas, volume 14**: História de uma neurose infantil [“O homem dos lobos”], Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 293-327.
- FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. (1924). *In*: FREUD, S. **Obras Completas, volume 16**: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011c. v. 16, p. 203-213.
- FREUD, S. A feminilidade. (1933). *In*: FREUD, S. **Obras Completas, volume 18**: O mal-estar na civilização. Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. v. 18, p. 123- 344.
- FREUD, S. À guisa de introdução do narcisismo. (1914). *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004. v. 1, p. 95-131.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos (I). (1900). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. 4.

- FREUD, S. A interpretação dos sonhos (II). (1900). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. 5, p. 371-650.
- FREUD, S. A organização genital infantil. (1923). *In: FREUD, S. Obras Completas, volume 16*: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011e. v. 16, p. 168-175.
- FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. (1925). *In: FREUD, S. Obras Completas, volume 16*: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011d. v. 16, p. 283-299.
- FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. (1909). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006h. v. 10, p. 13-133.
- FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria. (1905). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006c. v. 7, p. 13-116.
- FREUD, S. Moisés e o monoteísmo: Três ensaios. (1939[1934-1938]). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006l. v. 23, p. 13-150.
- FREUD, S. O esclarecimento sexual das crianças (Carta aberta ao dr. M. Fürst). (1907). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006f. v. 9, p. 119-129.
- FREUD, S. O eu e o id. (1923). *In: FREUD, S. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007. v. 3, p. 13-92.
- FREUD, S. Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”]. (1909). *In: FREUD, S. Obras Completas, volume 9*: Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. v. 9, p. 13-112.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. (1921). *In: FREUD, S. Obras Completas, volume 15*: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. v. 15, p. 13-113.
- FREUD, S. Romances familiares. *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006d. v. 9, p. 215-222.
- FREUD, S. Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa: Contribuições à Psicologia do Amor II. (1912). *In: FREUD, S. Obras Completas, volume 9*: Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2013b. v. 9, p. 347-363.

FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. (1908). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006g. v. 9, p. 187-204.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). *In*: FREUD, S. **Obras Completas, volume 11**: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11, p. 13-244.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (1905). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006e. v. 7, p. 117-231.

FREUD, S.; BREUR, J. Estudos sobre a histeria. (1893-1895). *In*: FREUD, S. **Obras Completas, volume 2**: Estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer/Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2.

HOYER, C. **A Função Paterna na Instituição**: Do Individual ao Coletivo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

JERUSALINSKY, A. N. Considerações acerca da Avaliação Psicanalítica de Crianças de Três Anos – AP3. *In*: LERNER, R.; KUPFER, M. C. M. (Org.). **Psicanálise com crianças**: clínica e pesquisa. São Paulo: Escuta, 2008. p. 117- 136. (Coleção Infância e Psicanálise).

KAMERS, M. As novas configurações familiares e o estatuto simbólico das funções parentais. **Estilos da Clínica**, v. 11, nº 21, 108-125, 2006.

KATZ, C. S. **Complexo de Édipo**: Freud e a multiplicidade edípica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KUPFER, M. C. M.; *et al.* Apresentação e debate em torno da Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil. *In*: LERNER, R.; KUPFER, M. C. M. (Org.). **Psicanálise com crianças**: clínica e pesquisa. São Paulo: Escuta, 2008. p. 49-62. (Coleção Infância e Psicanálise).

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu: tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. (1949). *In* J. Lacan, **Escritos**. Versão brasileira de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, J. **O seminário, Livro 4**: A relação de objeto. (1956-1957). Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, J. **Os complexos familiares na constituição do indivíduo**. ([1938]1984). Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LACAN, J. **O seminário, Livro 5**: As formações do inconsciente. (1957-1958). Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MANNONI, M. **A primeira entrevista em psicanálise**. (1979). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NASIO, J. –D. **Édipo**: O complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NASIO, J.-D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PRATTA, E. M. P.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, 247-256, Maringá, maio/ago., 2007.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Coleção passo-a-passo; 94).

RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C. Novas formas de parentalidade: Do modelo tradicional à homoparentalidade. **Boletim de Psicologia**, v.62, nº 136, 29-36, 2012.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAFOUAN, M. **Estudos sobre o Édipo**: Introdução a uma teoria do sujeito. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAROLDI, N. Apresentação da coleção. *In* KATZ, C. S. **Complexo de Édipo**: Freud e a multiplicidade edípica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 9-11.

STRACHEY, J. Nota do Editor Inglês. *In* FREUD, S. **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006a. v. 2. p. 13-31.

STRACHEY, J. Nota do Editor Inglês. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. 9, p. 189-190.